

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANA CAROLINA MARINHO

**HISTÓRIA, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ARQUIVOLOGIA:**

**Possíveis diálogos.**

NATAL

2011

ANA CAROLINA MARINHO

**HISTÓRIA, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ARQUIVOLOGIA:**

**Possíveis diálogos.**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa II, do curso da História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Dias de Oliveira, para, para obtenção do grau de bacharel em História.

NATAL

2011

ANA CAROLINA MARINHO

**HISTÓRIA, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ARQUIVOLOGIA:**

**Possíveis diálogos.**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa II, do curso da História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Dias de Oliveira, para, para obtenção do grau de bacharel em História.

Aprovado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_. Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Dias de Oliveira

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Teixeira Souza

---

Prof.<sup>a</sup> Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

NATAL

2011

Dedico este trabalho à minha família, responsável pela minha formação como pessoa, à minha orientadora, Margarida Dias, responsável pela minha formação como profissional, e aos profissionais de História que buscam seu lugar na sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Ele teve participação na elaboração desse trabalho, que com todas as adversidades encontradas do meio do caminho, foi possível vê-lo se tornar concreto.

Aos meus pais. Os responsáveis pela minha formação como pessoa, devo grande parte do que sou a eles. Ao meu pai, homem ao qual me orgulho de tê-lo como tal, que me apoiou nos momentos difíceis durante a caminhada. E principalmente a minha mãe, desde os meus primeiros meses de vida em seu ventre, durante as aulas na universidade, foi a grande responsável pela minha escolha pelo curso de História. À mulher e ao homem da minha vida, amo vocês. A Rodrigo pela paciência e apoio.

Aos amigos e colegas que conquistei durante o curso. Cada um teve sua participação dentro da minha passagem pelo curso, e que se fosse enumerá-los poderia correr o risco que esquecer alguém. Mas principalmente à Rhayssa, pessoa muito especial. Nos momentos felizes e nem tão felizes dentro e fora da universidade, e na nossa graduação, tenho certeza ficarão na minha memória eternamente.

Aos professores do curso de História, alguns principais que tenho a honra de citar: professora Aurinete Girão, nossa segunda mãe, esteve presente sempre que precisei. Aos professores Wicliffe Andrade, Renato Amado e Raimundo Nonato. Grandes profissionais, grandes mestres.

E principalmente a minha orientadora, professora Margarida Dias. Uma grande mulher, que me ensinou a ser uma profissional de história. Um simples obrigada, não consegue exprimir a minha gratidão por você. Agradeço a cada momento de discussão de textos, às conversas na sala 217, às tardes em sua casa de correção de provas e planejamento de aulas, dos momentos de compreensão, as inúmeras oportunidades que ela me proporcionou na minha formação, principalmente dentro da iniciação à docência. Devo a ela o despertar do meu gosto e escolha pelos arquivos e pelo interesse de novos campos de atuação para o historiador.

“Há uns que nos falam e não ouvimos; há uns que nos tocam e não sentimos; há aqueles que nos ferem e nem cicatrizes deixam, mas... há aqueles que simplesmente vivem e nos marcam por toda vida.”

Hannah Arendt

## RESUMO

Esse trabalho é uma discussão entre as articulações de novos campos de trabalho para o historiador. Trabalhamos com o caso dos arquivos, espaços esses considerados “lugares de memória”, e que a atuação do profissional de história se faz por meio da interdisciplinaridade. Discutimos essa questão a partir do Projeto Político Pedagógico do curso de história da UFRN, e como as atividades por ele pretendidas acontecem no caso da integração em outros campos. Nossa problemática desenvolve-se a partir da seguinte questão: Qual a importância de se desenvolver experiências interdisciplinares a partir do Projeto Político Pedagógico pode fomentar os historiadores a interagirem profissionalmente em arquivos, a partir da sua formação acadêmica. Esse trabalho se faz necessário a partir do momento que começamos a repensar nossa atuação e que ela pode ir muito além do ensino e da pesquisa, repensar a atuação é parte do fazer histórico. Vale ressaltar que não temos a idéia que o historiador será arquivista trabalhando num arquivo, mas que contribuirá para a memória social. Para isso analisamos os PPP dos anos de 1988 e 2003, ementa da disciplina de Arquivística Histórica e o Projeto de Lei do Senado nº 368 de 2009, que pretende regular a profissão de historiador, através da análise de discurso, no recorte de 1988 a 2011, pois são os limites entre os PPP do curso. Nosso objetivo principal é compreender como se dá essa relação entre o historiador e os arquivos, especificamente sobre sua atuação neles. Dentro da análise que faremos, buscamos ainda observar como o curso de história forma seus alunos para esse campo de trabalho, inserir novas discussões sobre a temática da atuação do profissional de história e despertar para a importância de práticas interdisciplinares no curso de história.

Palavras-chave: Arquivos, Interdisciplinaridade, Atuação Profissional.

## ABSTRACT

This work is a discussion between the joints of new fields of work for the historian. We work with the case files, these areas considered "places of memory" and that the work of professional history is made through interdisciplinarity. We discussed this issue from the Pedagogical Political Project of the course of history UFRN, and how he intended activities happen in the case of integration in other fields. Our problem is developed from the following question: What is the importance of developing interdisciplinary experiences from the Pedagogical Political Project can encourage historians to interact professionally in files, from your academic background. This work is necessary from the moment we begin to rethink our actions and that she can go far beyond teaching and research, rethinking the role is part of making history. It is noteworthy that we do not have the idea that the historian will be archivist working on a file, but will contribute to social memory. For this we analyze the PPP for the years 1988 and 2003, the menu of the discipline of Archival Historical and Bill from the Senate No. 368, 2009, which aims to regulate the profession of historian, through the analysis of discourse, the cutout from 1988 to 2011, they are the boundaries between the PPP of the course. Our goal is to understand how is this relationship between the historian and the files, specifically about his performance in them. In the analysis we do, yet we seek to observe how the course of history so your students to this field, enter new discussions on the theme of the performance of professional history and awakening to the importance of interdisciplinary practices in the course of history.

Keywords: Files, Interdisciplinary, Professional Practice.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AARGS – Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul.

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos.

MEC – Ministério da Educação.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## LISTA DE QUADROS

Quadro I Relação dos Professores e suas Titulações (1998)	31
Quadro II Relação dos Professores e suas Titulações (2011)	32

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. A ARQUIVÍSTICA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Arquivo e memória.....</b>	<b>26</b>
<b>3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PRÁTICAS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Um novo currículo, novas mudanças.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 O profissional interdisciplinar.....</b>	<b>40</b>
<b>4. ARTICULANDO NOVOS SABERES: O HISTORIADOR E OS ARQUIVOS.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 O conceito de Interdisciplinaridade.....</b>	<b>45</b>
<b>4.2 O conceito de documento.....</b>	<b>50</b>
<b>4.3 O historiador e os arquivos.....</b>	<b>54</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>6. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>66</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho resultou da minha participação no Grupo de Pesquisa Espaços da História, espaços de identidades: ensino, patrimônio, memória e no Projeto de Iniciação a docência “O que a memória guardou (Conhecimentos teórico-práticos da cultura material no exercício da docência do profissional de História)”, ambos coordenados pela professora Margarida Dias. Dentro da minha participação nesses projetos, surgiram questionamentos acerca do que constitui o campo de atuação do historiador.

Da participação no Grupo de Pesquisa, foi iniciado o trabalho “Arquivos, profissão do historiador e instituição de relações”, nele analisei uma produção bibliográfica de historiadores que escreveram sobre arquivos, documentação e Arquivologia no Brasil e buscamos identificar nessa produção a concepção que estes apresentam de documento histórico para que pudesse compreender como relacionam a produção de documentos por indivíduos e instituições no cotidiano de suas atividades (pessoais e administrativas) com a produção do conhecimento histórico.

A iniciação a docência e a disciplina de Arquivística Histórica, particularmente despertaram a vontade de aprofundar essa questão, ambas as participações fomentaram grande parte das discussões que trataremos nessa pesquisa.

Nesse trabalho a questão principal é a atuação dos profissionais de história em campos interdisciplinares. Percebemos que existem discussões que centram em torno do que seria o papel do historiador e qual a sua importância para com a sociedade. E dentro desse centro, o ponto que iremos destacar é o papel do historiador e suas relações com outras áreas de conhecimento. Percebemos que existe uma pequena atuação de historiadores em órgãos como memoriais, bibliotecas, centros de documentação, museus e arquivos. É essa atuação que é o alvo das nossas discussões e se ela seria parte do fazer do historiador. Essa temática vem ganhando espaço em pesquisas proposta por alunos de graduação, mas igualmente a atuação do historiador em campos diferentes, esse interesse ainda é pequeno.

A partir daí, nossa pesquisa delimita-se em trabalhar a atuação do historiador em campos que não sejam a pesquisa e o ensino, mas em campos que chamaremos de interdisciplinares, e nessa pesquisa refere-se aos arquivos, e como o curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o seu Projeto Político Pedagógico forma seus alunos para essa atuação. Para isso propomos a seguinte problemática: qual a

importância de se desenvolver experiências interdisciplinares a partir do Projeto Político Pedagógico pode fomentar os historiadores a interagirem profissionalmente em arquivos, a partir da sua formação acadêmica?

Essa discussão tem importância devido a abranger um ponto da história a qual consideramos relevante: a atuação do profissional de história. Este que hoje atua na pesquisa e no ensino, dentro ou fora da sala de aula, busca novas formas que interagir com outras áreas, sendo assim, uma nova possibilidade de inserção. Não estamos descartando os profissionais formados em Museologia, Biblioteconomia ou Arquivologia, que são habilitados especificamente para exercer essas atividades, mas sim, pretendemos apoiar uma execução de atividades conjuntamente com esses profissionais.

No que diz respeito aos arquivos, no Brasil, observamos que existe um número pequeno de universidades que oferecem o curso de Arquivologia e que não existem muitos profissionais atuando nesse campo, e que por muitas vezes é carente de reconhecimento. Diretamente ligado a esses problemas apresentados, está aquele que atrai o historiador para o meio dessa problemática, a atual situação de arquivos, acervos e de alguns centros de documentação. Onde na maioria das vezes encontramos uma situação de desordem e descaso.

Outro ponto que vale ressaltar é o aprimoramento da postura do profissional de história, que por muitas vezes só é aliada ao ensino, sendo a pesquisa algo de pouca ligação para com a sociedade. Com essa introdução, a população perceberia melhor a função para qual o historiador também pode desempenhar em função da sociedade.

E por fim, se faz importante para que possamos questionar que formação os alunos da graduação estão recebendo do nosso curso. Uma vez que a Universidade fixa seus pilares no ensino, pesquisa e extensão. Será que dentro do curso colocamos isso em prática? O que nosso Projeto Político Pedagógico instituiu para nossa formação? E é isso que aprendemos durante os quatro anos que passamos na Universidade?

Nesse trabalho temos o objetivo principal de compreender como se dá essa relação entre o historiador e os arquivos, especificamente sobre sua atuação nestes. Dentro da análise que faremos, buscamos ainda observar como o PPP do curso de história forma seus alunos para esse campo de trabalho, inserir novas discussões sobre a temática da atuação do profissional de história e despertar para a importância de práticas interdisciplinares no curso.

Nossa fonte principal para a elaboração consiste no Projeto Político Pedagógico dos anos de 1988 e de 2003. Utilizaremos também de uma bibliografia complementar que servirá para embasar nossas discussões, como a ementa da disciplina de Arquivística Histórica do ano de 2010 e o Projeto de Lei do Senado Federal nº368 de 2009. Nesta pesquisa delimitou-se o tema entre 1988 e 2011 porque são os marcos de nossas fontes e atuação situação do curso.

Em nosso trabalho, se faz necessário compreender melhor a metodologia que será utilizada, por isso essa introdução dedica-se a esclarecer melhor o que seria a Análise de Discurso. Escolhemos essa metodologia, por que é a que mais se encaixa para tal pesquisa, já que trabalharemos analisando opiniões de profissionais de histórias, e essas explicações ganham importância para uma melhor compreensão do tema e para que dê novos direcionamentos a nossa pesquisa.

A elaboração de um projeto passa por etapas e ele possui uma estrutura necessária para que tenha uma boa qualidade. Uma das partes dessa estrutura é a Metodologia, que José D'Assunção Barros define como:

(...) A “metodologia” remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eger ou construir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema, mais do que o pensamento, remete a ação. (2007: 80).

Entendendo dessa forma, buscamos na metodologia uma “forma de fazer”. Como no nosso caso pretendemos trabalhar a partir de uma bibliografia selecionada que tem características específicas: ser de autores formados em História, que escrevam sobre documentos e arquivos, no que diz respeito à atuação do profissional de história nessa instituição. Para trabalhar com essa bibliografia e tendo como objetivo de examinar a produção desses autores, a metodologia que mais responde a nossa necessidade é a análise de discurso. Assim, buscamos compreender como esse dispositivo pode contribuir para nossa pesquisa,

Assim, traçarei um pequeno contexto e os principais teóricos que se destacam no estudo desse campo. Segundo FRASSON (2007, p. 1), a análise de discurso surge na França, pela década de 60, inicialmente como uma teoria da leitura, e com o intuito de

romper a tradição de práticas teórico-analíticas voltadas para a interpretação, como as que são utilizadas pela hermenêutica e pela análise de conteúdo. Como veremos mais adiante, a análise de discurso buscava pelo significado, e não pela língua e nem pela sua sistematização. Nesse campo destaca-se Mikhail Bakhtin, que não era um analista, mas sim um filósofo da linguagem, o francês Michel Pêcheux, no Brasil a percussora desse campo foi Eni Pucinielli Orlandi.

A bibliografia que servirá de base para nossa metodologia será *Como analisar narrativas*, da autora Cândida Vilares Gancho, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólicos* e *Gestos de Leitura: da História no Discurso* ambos da autora Eni Puccinelli Orlandi. Ambas as autoras tem a formação em Letras, mas cada uma tem suas especificidades.

O primeiro livro podemos dizer que é um pequeno guia. Nele encontramos uma linguagem mais voltada para a área de lingüística, o que se justifica por causa da formação da autora. A narrativa aqui é como um ato de contar. No geral, o texto é simples e bem básico, onde encontramos diversos conceitos ligados à literatura, como personagem e enredo.

Por causa dessas particularidades da linha que a autora utiliza, esse tipo de análise de narrativa não se encaixa em o que está proposto em nossa pesquisa, já que a história não apresenta características de análise da literatura. Porém observamos dois conceitos utilizados que podem auxiliar nosso trabalho. São eles:

Analisar é separar as partes, compará-las e tirar conclusões lógicas, coerentes com o texto. Interpretar pode significar comentar ou analisar, dependendo do contexto; de qualquer forma, é uma tarefa que deve se ater aos limites do texto, evitando-se, sempre que possível, misturar as afirmações do texto com aquilo que achamos. (GANCHO, 1995: 41).

Partindo de tais conceitos, a análise e a interpretação estão correlacionadas, uma vez que se liga à narrativa, no caso da lingüística. São conceitos que devem estar em mente no momento da leitura e da produção de opiniões e conclusões. Já no que diz respeito ao conceito de discurso, a autora define:

“Chamam-se discursos às varias possibilidades que o narrador dispõe para registrar as falas dos personagens”. (GANCHO, 1995: 33).

Percebemos que nessa produção, como um todo, o conteúdo é voltado para um campo diferente da História, mas que também não perde sua importância, já que trabalha com um tipo de análise. Nesse caso vemos que tal definição também condiz com a área de lingüística, no momento que fala de narrador e personagens. Nesse sentido não podemos utilizar esses conceitos.

Já nos dois primeiros livros da autora Eni P. Orlandi, ela trata especificadamente da análise de discurso, e o conteúdo não é voltado diretamente para uma área específica. Embora a autora cite que seu livro não trata de uma teoria da análise de discurso, podemos notar que trata um pouco dessa teoria.

Primeiramente devemos distinguir a lingüística da análise de discurso, enquanto a primeira trabalha com a língua, a segunda tem como objeto o discurso. Por existir diversos tipos de linguagem, existem também diversos tipos de análises que podem ser feitas. Sobre a análise de discurso a autora fala:

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a idéia de curso, percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2000: 15).

Como a análise de discurso trabalha com o discurso em si e, podemos dizer que ela também trabalha com a língua, mas com sua relação com o mundo, ela compreende também a ação de um sujeito (o homem) que produz esse discurso. Na sua produção, como em qualquer outra, deve-se notar também a presença da ideologia e da intencionalidade. A análise de discurso pretende estabelecer relações com a língua e o pensamento (ideologia), pois como vimos é no discurso que observamos esse trabalho. Esse exame não é pelo assunto, e sim pelo sentido. Ou seja, não se analisa o discurso pelo seu conteúdo, mas sim pelo que o sujeito quis que ele significasse. E esse sentido não é algo só.

Dentre os objetivos da análise de discurso podemos citar a compreensão dos objetos simbólicos na produção de sentidos e como eles intervêm no sentido real, e como esse sentido relaciona-se para e pelo sujeito. Devemos citar também que a análise



de discurso visa aliar os sujeitos produtores, o contexto histórico em que esse discurso foi produzido e as condições de tal.

E diante dessa “teoria” como o analista deve trabalhar? Como já dissemos, o objeto da análise de discurso é o próprio discurso, onde se busca o sentido dele com relação ao sujeito, a forma de se trabalhar é através da interpretação. Vale salientar que analisar e interpretar com atos diferentes, mas que os dois são resultantes da produção de cada pesquisador, talvez por isso, exista diversas formas de se trabalhar. Sobre esse dispositivo de criação, ORLANDI destaca as principais características:

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz aquilo que ele não diz, mas constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2000: 59).

Fazendo um paralelo entre as duas autoras, vemos que possuem focos diferentes, mas que podemos traçar um pequeno paralelo entre seus conceitos. Embora Cândida Gancho foque numa perspectiva da lingüística, e Eni Orlandi faça um estudo que direciona mais pra uma teoria da Análise de Discurso, como ciência, vemos que enquanto uma trabalha com o narrador em sua narrativa, a outra trata do sujeito no discurso, e que possuem sim uma semelhança: ambas trabalham com os conceitos de interpretação e análise, mesmo que elaborados para diferentes campos, talvez esteja aí o ponto no que dissemos anteriormente que existiria mais de um tipo de trabalho em análises.

Os capítulos dessa pesquisa foram elaborados para estabelecer uma lógica de entendimento do leitor. O primeiro capítulo traça uma trajetória da Arquivística assim como alguns preceitos básicos da sua teoria, e a relação entre os arquivos e a memória. Buscamos concatenar um breve histórico de sua evolução durante os tempos e uma breve discussão da ligação entre os arquivos e a memória, para que seja possível a interligação dos conceitos utilizados.

No segundo capítulo trabalharemos o PPP do curso de História da UFRN, as suas atribuições que ligam o historiador aos arquivos e as suas ações para que sejam colocadas em prática os objetivos de melhoria desde o ano de 2003, quais foram as mudanças de um PPP para o outro e como o profissional de história como individuo

interdisciplinar é constituído a partir do PPP. E por fim, no terceiro capítulo pretendemos explorar o assunto principal, que é a atuação interdisciplinar do historiador em outros campos, apresentando discussões sobre a interdisciplinaridade e documentos.

Pretendemos que esse trabalho seja mais uma forma de alavancar as discussões entre os alunos e professores do departamento de história, acerca de uma direção para o nosso PPP, para nosso curso. E que outros possam vir, para comemorar um ciclo de mudanças.

# CAPÍTULO I

## A ARQUIVÍSTICA

Um campo ainda pouco explorado dentro das universidades do Brasil é campo da Arquivística. No Brasil, atualmente, segundo a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – a AARGS - existem quinze cursos de formação superior em Arquivologia<sup>1</sup>. Um número relativamente considerável, ainda pequeno, mas que reflete diretamente a situação dos arquivos brasileiros, mesmo que com raras exceções. Para discutir nossa temática de trabalho, é necessário traçar um breve “histórico” dos arquivos e do surgimento da Arquivística.

Até a consolidação da disciplina como é conhecida atualmente, a Arquivologia e os arquivos passaram por um processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Apesar de ser difícil pensar como aconteceu essa evolução, já que a idéia que se tem dos arquivos é geralmente generalizada, como um acúmulo desordenado de papéis.

Ao longo do tempo, os arquivos desenvolveram-se atrelados com outra invenção bastante importante para o homem: a escrita. Com a necessidade de se expressar, o homem desenvolveu sinais variados que tiveram tal intenção. Tanto se evoluiu na forma de comunicação, como no material em que essas informações eram expressas. O que inicialmente era registrado em cobre, argila, marfim e tábuas, com o tempo passou a ser registrado em papel. O homem tinha a necessidade de registrar o que sentia, pensava e os fatos ocorridos.

Os arquivos estão presentes desde a Antiguidade Oriental, isso no que se refere aos anos de 3000 a 500 a.C, com os povos sumérios, assírios, babilônios e principalmente com os egípcios, onde a escrita desenvolveu-se de forma significativa. Os arquivos não eram reconhecidos como simples guardadores de seus documentos, mas já tinham um caráter de sistema de informação, desenvolveu-se também um sistema de organização documental. Já existiam cartas régias, atas, censos e contratos de contabilidade dentre os documentos existentes.

---

<sup>1</sup> Disponível em < [http://www.aargs.com.br/arquivologia\\_cursos.asp](http://www.aargs.com.br/arquivologia_cursos.asp)>, acesso em 06 de abril de 2011.

Para Armando Silva (2002), presença dos arquivos na Antiguidade Clássica consiste nos períodos de 1500 a.C. a 146 d.C. para os Gregos, e 753 a.C. a 476 d.C. para os Romanos. Segundo Armando Silva (2002), no ano de 350 a. C., foi que os gregos concentram seus documentos no templo de Cibele, o que reforçava que o arquivo era algo de proteção divina. Era possível encontrar leis e decretos, atas de reuniões, documentos judiciais e financeiros. No caso dos romanos, a formação dos arquivos acompanhou o desenvolvimento grego, mas conseguiram aprimorar o senso prático administrativo e programaram redes de arquivos e desenvolveram as relações entre a documentação e o órgão produtor. Dentro das tipologias presentes estavam relatórios de província, registros financeiros e censos diversos.

Dentro destas duas periodizações, segundo a autora Heloísa Bellotto, é possível perceber que os arquivos estavam a serviço das autoridades de forma exclusiva e que eram produzidos documentos principalmente administrativos e utilizados para tais fins. Dentro do que seria possível encontrar estavam leis, arquivos reais e religiosos, tratados e normas. A principal diferença entre esses dois momentos dentro da antiguidade, é que no período Clássico houve o que podemos chamar de avanço, já que os cidadãos começam a ter certa aproximação com os registros dos arquivos, o que foi motivado, em grande parte pelo direito romano. (COUTURE, 1987, apud BELOTTO, 2002, p. 13).

Segundo Silva (2002), no período da Idade Média (476 a 1453), foi que se vulgarizou o que seria arquivo, e ainda surgiu a diferenciação entre ele e outros sistemas de informação como a biblioteca. As características peculiares desse período, como a instabilidade social e política, foram grandes responsáveis pela separação e perda de várias documentações, deixando as mesmas instáveis. Devido à chegada dos povos Bárbaros na Europa Ocidental, a decadência do Direito Romano e das autoridades, os arquivos centram-se, agora, nas autoridades feudais. Esses arquivos ganham destaque a partir do momento que seus documentos servem como armas jurídicas, principalmente sobre os direitos de propriedades de terras. Possivelmente foi nesse período que se deu os primeiros usos de documentações para pesquisa, no caso de um mosteiro que viria a formar a nação portuguesa, o de Santo Tirso, a utilização da documentação foi inicialmente como fundamento para a “memória dos vindouros”.

Segundo Astréa de Moraes e Castro (1998), na Idade Moderna (1453 a 1889) com a criação dos Estados Modernos e a centralização de poder, passam a existir

grandes arquivos reais e arquivos notariais, que ainda são totalmente jurídico-administrativo. Na França, em 1789, com a Revolução Francesa, a Assembléia Nacional criou um arquivo para guardar seus atos, que mais tarde viria a ser o *Archives Nationales*, ou seja, o primeiro Arquivo Nacional do mundo. Dentro dele estariam os documentos da “cúria regis”, que era o órgão mais antigo do governo. Os revolucionários queriam eliminar essa documentação e por outro lado os conservadores queriam protegê-las alegando que era patrimônio público e o povo tinha direito ao acesso das informações contidas neles. Esse momento é considerado um divisor de águas na história dos arquivos.

Ainda, para Heloiza Belotto (2002), até então, os arquivos serviam apenas a um uso de cunho jurídico-administrativo, mas na metade do século XIX é que eles começam a ser utilizados por historiadores, no que concerne a uma história positivista, caracterizada por uma extrema valorização dos dados contidos nos documentos. E foi ainda durante o século XIX, que começou a surgir os arquivos nacionais.

No que diz respeito ao século XIX, vai se desenvolver os arquivos administrativos e os históricos de uma forma com que se viabilize a aproximação entre os valores primário e secundário do documento. Atualmente já apresenta a consolidação desse fluxo. (BELOTTO, 2002). Mas algo que está presente nesses períodos, é a presença de uma memória que essas variadas documentações guardavam. Não se pode deixar de citar que apesar das diferentes funções que o arquivo adquiriu durante os anos, a intenção de se manter ou até controlar essa memória esteve durante toda a história.

Em território brasileiro, foi somente em 1991 que através da aprovação da Lei nº 8.159 que se estabeleceu a política nacional de arquivos públicos e privados. O CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos é vinculado ao Arquivo Nacional e define a política como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar. (PAES, 2004:161).

O CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem

como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo<sup>2</sup>.

Segundo Marilena Paes (2004), a criação do CONARQ foi um avanço, no sentido de que só com sua criação foi possível desenvolver políticas para melhoramento dos recursos humanos, adoção de recursos humanos e que se estabelecesse uma eficiente rede de arquivos públicos e privados.

Falar sobre a evolução do objeto de uma disciplina não supre as necessidades do nosso trabalho. Assim como dentro de qualquer uma, essa disciplina também tem suas discussões peculiares e que são importantes, assim sendo também necessário expor algumas delas nessa pesquisa. Uma das que podemos citar é sobre o cunho que a Arquivística recebe dentro da academia, seria ela uma ciência ou disciplina?

Para Castro (1998), o termo Arquivologia é muitas vezes usado atribuído à ciência dos arquivos e aos conhecimentos teóricos e práticos referentes à organização deles e as atribuições dos arquivistas, enquanto que Arquivística seria a técnica dos arquivos, usada também para os mesmos fins da arquivologia. Na maioria dos casos são usados como sinônimos.

Ainda sobre a discussão, a autora Heloísa Belloto (2002), existem discussões em torno da definição da Arquivologia, como ciência, técnica ou disciplina, já que ela apresenta características e traços de todas as três definições, mesmo não se enquadrando necessariamente dentro de uma específica. Dentro do Dicionário de Terminologia Arquivística temos a seguinte definição:

Disciplina que estuda as funções do arquivo (2) e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (1). Também chamada arquivística. (2005: 36).

Entendendo arquivo (1) como:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. (2005: 26).

E arquivo (2):

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4>, acesso em 14 de maio de 2011.

Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos. (2005: 26).

Embora seja importante compreender seus embates, e que estes se mostram bastante importante, aqui utilizaremos ambos os termos, sem discriminação referente a essas discussões.

Outra variável dentro da Arquivística é a conceitualização do que seria arquivo, pois ela varia de acordo com os diversos autores que trabalham a temática. A autora Astréa de Moraes (1998) apresenta alguns dos diversos conceitos de arquivo utilizados pelos especialistas nesse campo, vejamos alguns exemplos:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num Arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 1973)

O conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebido ou produzido oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MÜLLER, FEITH, FRUIN, 1898).

Acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa. (CASSANOVA, 1928).

A autora Heloísa Bellotto ainda aponta outras possíveis definições:

Arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. (Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996).

Arquivos (a formação dos) é um processo natural, isto é, o destino dos documentos é que marca sua origem. De modo que não são produto de reunião erudita, de coleção programada, nem de acumulação caprichosa de documentos. (ALONSO, 1980).

Arquivo é a sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado. (LODOLINI, 1991)

Arquivo é um sistema (semi-) cerrado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – às quais se associa um terceiro: a memória, imbricada nos anteriores. (SILVA, 1998).

A própria autora define arquivo:

Arquivo são conjuntos orgânicos de documentos produzidos/recebidos/acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa, no curso de suas atividades, independentemente do seu suporte, e que, passada sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados, podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa científica ou testemunhos sociocultural. (BELLOTTO, 2002)

Dentro dessas definições, podemos estabelecer um consenso, que arquivo é um conjunto de documentos, produzidos por uma pessoa física ou jurídica e acumulados e produzidos de forma natural de acordo com as atividades da instituição.

Dentro da divisão dos cursos superiores no Brasil, a Arquivologia encontra-se ao lado de outros cursos, como Biblioteconomia e Museologia, como ciências da informação. No que diz respeito à Arquivologia, a mesma possui uma teoria, metodologia e práticas no que se refere aos arquivos. Primeiramente precisamos esclarecer lida com três objetos físicos:

1. **O arquivo, isto é, os conjuntos documentais** produzidos/recebidos/acumulados pelas entidades públicas ou privadas no exercício de suas funções, conjunto de documentos sobre os quais a arquivística vai aplicar sua teoria, metodologia e praxis para chegar a seus objetivos.
2. **O documento em si mesmo, enquanto indivíduo**, ainda que isso possa parecer paradoxal, porque a arquivística trabalha, sobretudo, com conjuntos orgânicos de documentos. A verdade é que, sem que se conheçam, em sua natureza e elementos, os integrantes dos conjuntos, isto é, os documentos individuais, não se poderá compreender a totalidade.
3. **O arquivo como entidade**. A arquivística tem também como objeto a instituição, metodologias próprias e pontuais para a



administração dos seus recursos humanos, financeiros, materiais e documentais. (BELOTTO, 1989, apud BELOTTO, 2002: 6).<sup>3</sup>

Esses três objetos, resumidamente, tratam de uma espécie de alcance da Arquivística: o arquivo, como o conjunto de documentos acumulados pela instituição, o arquivo como documento, que mesmo contraditório, já que não se consegue entender o arquivo por um único documento, mas pelo seu conjunto. E por fim o arquivo como instituição que se refere a ele como entidade.

Com isso é possível compreender que dentro da atuação da arquivologia, há o conjunto documental, que vai receber as teorias, práticas e metodologias, o documento indivíduo, ou seja, os integrantes dos conjuntos, já que a mesma compreende documentos como um conjunto e não como unidade. E ao mesmo tempo, existe uma atuação direta na instituição produtora.

Por outro lado, a Arquivística possui, segundo a autora Heloísa Bellotto (2002), um objeto intelectual, que seria a informação, ou podendo também ser explicado como as informações que os documentos contêm. Entretanto, também não são consideradas quaisquer informações, mas aquelas de cunho jurídico/administrativo, que fazem parte do processo de funcionamento da instituição, ou ainda informações necessárias a pesquisadores, como por exemplo, os historiadores, que compõe trabalhos de uma natureza histórica.

Dentro dessa disciplina existe uma teoria, metodologia e práticas próprias. Teoria que está ligada as idéias e saberes que se tem sobre o material do arquivo. Esses materiais do arquivo seriam tanto as informações quanto as características dos documentos. A metodologia é como tratar, ordenar e classificar essas informações, e a prática é a união da teoria e metodologia para a aplicação nas situações reais vivenciadas no arquivo.

Assim como muitas outras disciplinas, a Arquivística possui uma serie de expressões e comunicações técnicas, que compõe uma terminologia própria. Essa terminologia seria uma forma de comunicação entre os profissionais dessa área, sendo necessário existir uma forma de unificar essa comunicação, surgindo assim um dicionário de terminologia, que segundo a autora Heloísa Bellotto:

É um instrumento de controle terminológico, cuja função específica reside em traduzir os termos técnicos e científicos para uma linguagem

---

<sup>3</sup> Grifos nossos.

sistêmica, proporcionando uma relação entre eles e a língua corrente.  
(2002; 12)

Assim um dicionário de terminologia própria da área é vantajoso no que diz respeito a uma homogeneização de conceitos e termos, criando uma uniformidade aos enunciados dos conceitos, uma vez que devido a variedade de línguas e formas de comunicação, existiria dificuldades de entendimento entre os profissionais.

Os arquivos têm a finalidade de recolher, organizar, custodiar, difundir e disponibilizar os documentos e como funções, dar acesso às informações contidas nos documentos que ele mesmo custodia. Ainda é responsável por registrar, classificar, avaliar, eliminar quando é vinda a data que estabelecida por uma avaliação previa, descrever, disponibilizar à consulta e divulgar.

A principal finalidade dos arquivos é atender as necessidades da instituição que o mesmo pertence, a maioria tem caráter administrativo, ou seja, ele serve primordialmente à Administração. Quando a documentação perde esse valor primário e deixa de ser usado constantemente, além de já ter passado pelo estágio do arquivo intermediário, ela se torna uma documentação de um arquivo permanente, que é o seu valor secundário, e vai passar a atender as necessidades da pesquisa, seja ela histórica ou não.

Resumidamente, as principais funções dos arquivos é dar condições mínimas de guarda, conservação, acessibilidade e pesquisa que todo e qualquer tipo de informação, salvos as exceções regidas por lei.

Isso nos remete a Teoria das Três Idades, que é a base para que todas essas finalidades e funções possam ser exercidas dentro do que prever a legislação. Para Heloísa Bellotto (2002), a Teoria das três idades é “sistematização do ciclo vital dos documentos do arquivo”. Essa teoria abrange os ciclo que um documento pode ou não completar dentro das suas funções. Eles podem ser classificados dentro dessa teoria, como corrente, intermediários ou permanentes.

Dentro da primeira idade da teoria, a produção do documento é ligada extremamente a concretização do seu objetivo, que pode variar dentro da instituição produtora, mas que na maioria das vezes é de cunho administrativo. Dentro dessa primeira idade eles estão em plena atividade de suas funções, suas informações são vigentes e o valor dele é estritamente por seu conteúdo.

Quando os documentos passam a ser semi-ativos, eles entram na segunda idade, chegam a ser utilizados com menos frequência, agora são guardados não por uma função administrativa, mas sim jurídica, de comprovação. Nessa idade pode haver uso para pesquisas, contanto que haja autorização para tal.

Na última idade do documento, eles passam por um recolhimento e retenção permanente. Já não possuem mais as suas funções anteriores, mas agora servirão a pesquisa. É nessa idade que se põe em execução as atividades baseadas na teoria e metodologia arquivística, o quadro de arranjo e as eliminações baseadas na tabela de temporalidade vigente a instituição. Com o fim das funções para que eles foram criados, os documentos agora estão sob guarda do que podemos chamar de “arquivo histórico”, e cabe aos profissionais responsáveis pelo arquivo da instituição, a preservação, difusão e principalmente, a disponibilização das informações àqueles que necessitarem. O arquivo constitui-se como um espaço laboratorial no momento em que o arquivista, que é o profissional responsável por sua organização, conclui sua tarefa que é identificar, fazer o quadro de arranjo e descrever o que o mesmo contém.

Em uma breve classificação, para a autora Astréa de Moraes e Castro (1998), os arquivos podem ser classificados quanto a sua extensão, em setoriais ou gerais, quanto aos estágios de uso, que seriam correntes, intermediários ou históricos, quanto à agências que o criaram, sendo públicos ou privados, quanto ao acesso, sendo franqueados, de uso restrito e confidenciais, quanto a natureza, que podem ser especiais ou especializados e quanto a sua finalidade, sendo eles funcionais ou culturais.

Portanto, a Arquivística ainda contém discussões que nos faz pensar se podemos afirmar que ela é uma disciplina ou uma ciência. Enfim, a mesma tem por objeto organizar e tornar acessível à informação documental produzida por uma organização que no desenvolvimento de suas relações sociais e/ou econômicas, a ponto de ser possível que venha a se conhecer toda a informação que um documento possa proporcionar ao olhar daquele que o analisa.

## 2.1 Arquivo e memória

Quando se discute a questão dos arquivos e da Arquivologia, muitas vezes, erroneamente, ligamos esses termos a aspectos mais técnicos, sem nenhuma subjetividade por trás. Mas cabe também discutir algo que vai muito além desses “aspectos técnicos”, e de uma importância inimaginável: a memória.

A capacidade de lembrar, de guardar certos fatos, relembrar, rememorar, armazenar fatos é algo que poucos seres têm, e os humanos são privilegiados por essa habilidade. Na mitologia grega, a memória era algo divino, pois acreditavam que era uma dádiva que os diferenciavam dos animais. Era a personificação da filha de Urano, o Céu, e de Gaia, a Terra, chamada Mnemosine, que era uma das seis Titanides<sup>4</sup>.

As discussões em torno da memória se tornam cada vez mais patentes na medida em que se reconhece a importância desta para a constituição dos sistemas de representação de um determinado grupo ou indivíduo, e, portanto, importante também para ação destes em sociedade. E ainda, o risco da perda, a falta de centralidade das identidades modernas, nos leva a uma busca incessante por memórias: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993).

A relação empreendida pela memória, entre o individual e o coletivo é essencial para nossa compreensão. A memória enquanto constituída “de acontecimentos, personagens e lugares” (Pollack, 1992), nos traz a idéia de que uma experiência pessoal pode ser ao mesmo tempo coletiva no passado. Pertence ao indivíduo na medida em que constitui sua percepção individual e mais íntima, da realidade, e da experiência passada.

E ainda, podemos compreender a memória como uma construção social e um fenômeno coletivo (HALBWACHS, 1990). Sendo ela, um fenômeno coletivo, a memória é em parte moldada pelos grupos que compõe a sociedade.

Entendemos os arquivos como “lugares de memória”, lugares físicos ou não, que representam um dos únicos meios que nossa sociedade encontrou de manter a experiência do passado em razão da decadência de seus meios de transmissão. Esses

---

<sup>4</sup> KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

“lugares de memória” são espaço em que se constroem possíveis referências temporais.

Pierre Nora afirma,

“Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era das ilusões de eternidade. (...) São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (1993; 15).

Assim, podemos entender o arquivo como base de representações das matrizes de memória dos grupos sociais (BELLESSE; GAK, 2004) e resultado da estrutura de geração de documentos produzido por uma instituição ou indivíduo, movido pela necessidade ao longo do curso da sua existência, no qual os documentos que primeiramente servem a administração, mais tarde, podem servir a pesquisa por possuírem um valor de referência à memória social.

É notável que os arquivos atuam na preservação da história de determinadas pessoas ou instituições, criando um sentimento de pertencimento e identidade, o que podemos refletir que para a organização dos arquivos não se pode mais organizar o acervo orientado para os criadores.

Enfim, na organização do arquivo permanente há uma estreita relação com a memória, e mais ainda, existe disputa destas memórias, neste sentido os documentos só passam a ser considerados históricos quando estes se tornam necessários aos historiadores. E que essa memória não é algo neutro e que está em constante disputa pelo grupo.

## CAPÍTULO II

### O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PRÁTICAS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA GRADUAÇÃO

Para atender as expectativas dentro do debate da nossa problemática, é importante traçar um panorama do atual Projeto Político Pedagógico do curso de história da UFRN. O PPP do curso de História foi resultado de uma reformulação da antiga estrutura do curso de historia ocorrida no ano de 2003. A comissão foi composta por professores e alunos do departamento, e tinha como principal objetivo, “(...) modificar numa certa direção a atual realidade (...)”. (pg. 6). Pretendiam modificar a estrutura curricular do curso até então em vigor, que foram enriquecidas com as instâncias da perspectiva da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Inicialmente, procuramos esclarecer que não estamos buscando a razão pelo qual o currículo e o PPP antigos foram extintos e muitos menos, defendendo as suas voltas. Mas sim, discutir maneiras de propor melhorias e práticas necessitadas até então.

O nosso departamento vive outro momento, nunca se teve tantos professores com uma alta titulação curricular. É possível estabelecer uma comparação com o nível dos professores que faziam parte do departamento em 1988 e os atuais:

<b>QUADRO DOCENTE/TITULAÇÃO - 1988</b>
Alberto Pinheiro de Medeiros – Graduação
Ana Emília de Melo Cortez – Graduação
Avany Rodrigues Policarpo Nóbrega – Graduação
Claudio Augusto Pinto Galvão – Especialização
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva – Especialização
Claudionor Barroso Barbalho – Graduação
Clyde Smith Júnior – Doutorado
Denise Monteiro Mattos – Doutorado
Fausto Pinheiro Neto – Graduação
Iramar Soares de Araújo – Graduação
Luiz Eduardo Brandão Suassuna – Graduação

Jaci Silva do Nascimento – Graduação
João Wilson Mendes Melo – Graduação
José Geraldo de Albuquerque – Mestrado
Maria da Conceição Guilherme Coelho – Graduação
Maria das Graças Brandão Soares – Graduação
Maria Dione de Souza – Graduação
Maria Ferdinanda Silveira Soriano Cruz – Graduação
Maria Jerusa Tinoco Bulhões – Graduação
Maria Leneide Câmara – Mestrado
Maria Zélia Pinheiro de Medeiros – Especialização
Wicliffe de Andrade Costa – Mestrado
Marcia Maria Lemos de Souza – Graduação
Magnus Gadelha Fernandes – Graduação
Marisa Moura Miranda – Graduação
Marlene Mariz da Silva – Mestrado
Nildo João Mathias Alff – Graduação
Sebastião Gurgel – Graduação
Sônia Segundo Guerreiro – Mestrado
Tarcisio da Natividade Medeiros - Graduação

Quadro I: Relação dos Professores e suas Titulações (1988).<sup>5</sup>

<b>QUADRO DOCENTE/TITULAÇÃO - 2011</b>
Carmen Margarida Oliveira Alveal - Doutorado
Durval Muniz Albuquerque Júnior - Pós-Doutorado
Fátima Martins Lopes - Doutorado
Flávia de Sá Pedreira - Pós-Doutorado
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva – Especialização
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior – Doutorado
Haroldo Loguercio Carvalho – Doutorado
Hélder do Nascimento Viana – Doutorado
Henrique Alonso de A. Rodrigues Pereira – Doutorado

<sup>5</sup> Informação fornecida pela Professora do Departamento de História da UFRN Aurinete Girão.

Juliana Teixeira Souza – Doutorado
Luiz Eduardo Brandão Suassuna - Graduação
Márcia Severina Vasques – Doutorado
Margarida Maria Dias de Oliveira – Doutorado
Maria da Conceição Fraga – Doutorado
Maria da Conceição Guilherme Coelho – Doutorado
Maria Emília Monteiro Porto - Pós-Doutorado
Raimundo Nonato Araújo da Rocha – Doutorado
Raimundo Pereira Alencar Arrais - Pós-Doutorado
Renato Amado Peixoto – Doutorado
Roberto Airon Silva – Doutorado
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto – Doutorado
Wicliffe de Andrade Costa - Mestrado
Zoroastro Ramos Cardoso - Mestrado

Quadro II: Relação dos Professores e suas Titulações (2011).<sup>6</sup>

É visível a mudança na qualificação de nossos professores, embora hoje, para que o mesmo seja efetivado na universidade, o professor precisa ter no mínimo o título de doutorado, não podemos deixar de lado a evolução na qualidade profissional deles. Nosso curso também não é mais o mesmo, ele passou por algumas mudanças desde 1988, embora ainda apresente as necessidades e anseios de melhorias tão relatados em 2003. Isso nos leva a questionar o que falta, ou faltaria para que realmente sejam efetivadas as devidas mudanças, que elas saiam do papel e enfim, essas práticas sejam vivenciadas. Ou se esse não for mais o caminho a se seguir, o que iremos fazer com nosso Projeto Político Pedagógico.

A proposta que era adotada até o momento da reformulação compreendia a formação em uma graduação em história composta por um curso único, no sentido de abranger as duas modalidades existentes: a do Bacharelado e a da Licenciatura. Dentro desse modelo, o aluno cursava disciplinas dentro de uma grade curricular comum as duas modalidades, e no final, como requisito a obtenção do grau de “historiador”, era apresentada uma monografia desenvolvida pelo mesmo e era necessário um estágio na área de ensino.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/historia/>



Para compreender como foi baseada a reestruturação, entendemos o currículo como:

“Um instrumento orientador da ação educativa em sua totalidade. A sua elaboração, por ser um trabalho partilhado, envolve crenças, princípios, valores, convicções, conhecimentos sobre a comunidade acadêmica, sobre o contexto científico e social e constitui um compromisso político e pedagógico coletivo.” (RIBEIRO, 2000, p. 9)<sup>7</sup>

Assim o currículo deve ser um instrumento que rege a formação e dá identidade de um profissional, nesse caso o profissional de história, ele deve ser de conhecimento daqueles que fazem parte da comunidade acadêmica, os alunos como um todo, e principalmente ser um compromisso político e pedagógico.

Atualmente o curso de história é regido pelo PPP que teve a reformulação em 2003, onde foram separadas as modalidades de Licenciatura e Bacharelado. Esse PPP foi elaborado buscando responder as necessidades do nosso tempo, algo que levantasse as condições reais vivenciadas, as especificidades do curso e qual o meio que ele está inserido, pelas características do campo teórico-metodológico em que a História está situada hoje.

O acúmulo de responsabilidades, a falta da prática dos conhecimentos obtidos, a existência de pré-requisitos e que a estrutura não se alinhava com a concepção atual de tempo eram as principais justificativas da separação das modalidades. O que nos vem a refletir se esses argumentos eram mesmo válidos para essa separação. (2003: 12-14).

Tentar reavaliar as justificativas que foram dadas é, ao mesmo importante para contextualizar nosso atual currículo, mas por outro lado, complicado no que diz que não podemos analisar o contexto que ele foi modificado, como certo ou errado. Quanto se refere ao acúmulo de responsabilidades, talvez não fosse tão justificável, se realmente os alunos aprendessem o conteúdo em tempo hábil, para desempenhar as atividades às quais lhe são pedida. A separação das modalidades, atualmente, não solucionou completamente isso.

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. Diferentes espaços/tempos da organização curricular; ALMEIDA, Maria Doninha (Org.) Currículo como artefato social/UFRN. Natal: EDUFRN, 2000. P. 9. (Coleção Pedagógica, n.2).

Antes se questionava que “(...) o conhecimento se dividia em dois momentos separados (a teoria acumulada e a prática) (...)” (pg. 13) e ainda “(...) gera uma situação de tensão e pouca produtividade, uma vez que apenas no final do curso o aluno é instado a colocar à prova a aprendizagem de um conhecimento em que não foi exercitado anteriormente, sem, na grande maioria dos casos, ter previamente se envolvido em nenhuma experiência de pesquisa, nem ter vivenciado qualquer contato com o ensino fora de sala de aula.” (pg. 13).

Vemos que essas afirmações condizentes a uma realidade passada e que constituiu em um problema incontestável, mas hoje, como será que elas são trabalhadas? Se isso anteriormente foi um argumento para a reformulação do antigo currículo, atualmente é um questionamento da prática do atual PPP. Uma possível alternativa seria se o aluno tivesse desde o início do curso a vivência da pesquisa e do ensino na sala de aula, que ele fosse instigado em cada disciplina à metodologia da pesquisa.

No caso dos pré-requisitos, a queda deles foi algo muito significativo, pois é uma ajuda no que se refere ao aluno poder se antecipar às disciplinas, antes fazia com que eles atrasassem o curso no caso de um trancamento ou reprovação.

Mas como colocar em prática esses aprendizados para que os alunos criem novas possibilidades dentro de sua graduação? Refletir sobre possíveis direcionamentos e respostas que podemos dar a essa questão está dentro do nosso próprio PPP: a extensão universitária. Para a universidade, a Extensão não deixa de ser uma atividade curricular como também,

Constitui um processo educativo, cultural e científico, em que estudantes/professores (...) em parceria com grupos comunitários desenvolverão experiência de extensão, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e sobre alternativas de transformação. Nesse sentido, caracteriza-se como uma atividade de articulação ensino/pesquisa e sociedade e de formação da cidadania profissional dos estudantes. (p.19).

Assim, percebemos que é necessário repensar novamente nosso PPP de maneira conjunta, será que ele consegue atender as expectativas dos alunos e do departamento? Seus objetivos e práticas condizem com nossa realidade? O que podemos fazer para contribuir para essas mudanças? É visto que não existem respostas e soluções infalíveis

na qual irão solucionar possíveis problemas, mas iniciar discussões sobre possíveis mudanças, é o primeiro passo.

### 3.1 Um novo currículo, novas mudanças

As mudanças que são percebidas no currículo que está em vigor atualmente, apresenta as seguintes modificações, segundo Aryana Costa:

- ✓ A separação das habilitações, com a escolha por uma delas no momento de entrada do curso;
- ✓ A quebra dos pré-requisitos entre as quatro linhas de disciplinas obrigatórias<sup>8</sup>, permanecendo somente entre as disciplinas de Pesquisa Histórica I e II e nas disciplinas oferecidas pelo Departamento de Educação;
- ✓ Criação de mais disciplinas teórico-metodológicas como Metodologia da Pesquisa Histórica, Historiografia Brasileira, e especialmente para o Bacharelado, como História Oral, Memória e Patrimônio Histórico, Arquivística Histórica;
- ✓ Criação de mais Seminários (como Seminário de História Antiga, Seminário de História Medieval, Seminário de Teoria e Metodologia da História, etc.);
- ✓ Redução de quatro anos e meio de curso para quatro anos;
- ✓ Aumento da carga horária do estágio da Licenciatura de 135 para 400 horas;
- ✓ Criação da carga horária de laboratório – Prática como Componente Curricular – PCC e estabelecimento das ACC – Atividades Acadêmico Científico Culturais. São 200 horas de atividades a serem cumpridas em atividades fora da sala de aula, preferencialmente na comunidade (museus, escolas, arquivos, etc.). (2007; 56).

A autora, em seu trabalho *O curso de História da UFRN e o Projeto Político Pedagógico de 2004: discutindo a formação de um profissional*, trabalha questões muito pertinentes acerca do PPP. E para as mudanças ocorridas, Costa (2007) aponta as seguintes justificativas: os primeiros cinco itens foram decididos pelo departamento de

---

<sup>8</sup> As quatro linhas são: 1. História Antiga I e II, História Medieval I e II, História Moderna e História Contemporânea I e II; 2. História do Brasil I, II, III e IV; 3. História da América I, II e III e 4. História do Rio Grande do Norte I e II.

história e os três últimos pelo MEC (CNE, 2002)<sup>9</sup>. Ela aponta como justificado pelo próprio currículo, que os alunos não tinham uma vivência da teoria e prática, era muito conteúdo para sala de aula, os alunos tinham um baixo preparo intelectual e as dificuldades da instituição.

A solução encontrada pelo departamento foi o aumento da carga horária dos estágios, que foi combinado com a Prática como Componente Curricular, que é a que foi a distribuição de créditos de laboratório a determinadas disciplinas, e que estava aliada a resolução do MEC de aumentar a carga horária para a formação de profissionais de se cumprir 210 horas de atividades extra-curriculares a fim de se obter o grau de bacharel/licenciado em História<sup>10</sup>.

Para a criação das novas disciplinas para a habilitação em Bacharelado, o departamento justifica como forma ampliar a visão do aluno e de sua profissionalização como pesquisador, que antes o mesmo só tinha essas práticas e conteúdos nas disciplinas de Pesquisa I e II. Para a redução do tempo do curso e para a criação das disciplinas dos seminários, ela aponta que não havia uma justificativa e que foi uma espécie de consenso dos integrantes do departamento. (COSTA, 2007, p. 58-59).

Vemos também que o novo PPP, está mais preocupado com as atividades de extensão, para que os alunos possam aproveitar os conhecimentos adquiridos em sala de aula,

Trata-se de um saber que, espera-se, modifique a prática do aluno no sentido de colocá-lo em contato com a realidade na qual poderá atuar depois de formado, um saber construído de modo coletivo, pela absorção de experiências locais de comunidades, cotejando o saber acadêmico com o saber da tradição, tudo isso articulado à reflexão criadora que integra a tarefa do historiador à do professor. (p. 20).

No PPP de 2003 o ponto em que se mostra importante como um pano de fundo para a reelaboração do em atual currículo e do cenário em que vivia nosso curso,

Tratando-se de um projeto que pretende modificar numa certa direção a atual realidade, ele não pode deixar de levar em conta as condições reais

<sup>9</sup> CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

<sup>10</sup> Ou mesmo de qualquer outra habilitação – a medida foi estendida a todos os cursos de graduação. Este ano o número de horas foi reduzido para 200 (RESOLUÇÃO nº 01/2007 – Colegiado de Curso de História, de 17 de abril de 2007).

existentes, incluindo as limitações, os embaraços e as potencialidades – seja no aspecto material e humano, seja nas condições da instituição e na sua capacidade de fornecer os instrumentos legais para permitir seu desenvolvimento. (p. 6).

Quanto a proposta de PPP que foi apresentada em 1988, se mostra mais preocupada em inserir disciplinas básicas no currículo, pois ele mesmo justifica que:

Grande parte da carga horária do curso estava dispersa em um elenco de disciplinas que pouca contribuição traziam para um estudo profundo do conteúdo básico. Isso tornava impossível a abordagem de épocas mais recentes nas disciplinas de formação básica. (p. 2).

Um outro interesse que é apresentado no currículo de 1988, e no qual se mostra bastante importante para a sua efetivação é a união das modalidades de licenciatura e bacharelado, sobre essa possibilidade ele justifica,

Esta questão que já tem sido objeto de reflexão em âmbito nacional na ANPUH (Associação Nacional de História) e no próprio MEC (Equipe de Consultoria) busca eliminar uma artificial separação entre Bacharelado e Licenciatura. Entende-se que a Universidade deve formar o historiador capaz de atuar em todo e qualquer campo em que o conhecimento de História deve ser elaborado. A modificação proposta visa também superar a dicotomia Ensino e Pesquisa, princípios fundamentais da nossa Universidade. (p. 2).

Tanto que sua estrutura se apresenta para tal fim. Na justificativa ele apresenta o que acima foi relatado, cita um objetivo geral e os específicos, a carga horária curricular e os demais conteúdos são inúmeros anexos dos currículos propostos para a licenciatura e o bacharelado, ementas das disciplinas do curso e das novas que entrariam para o currículo e propostas de seminários temáticos.

Em relação aos objetivos, estes estão divididos em geral,

“Formar profissionais de História capazes de atuar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.” (p. 3).

E específicos:

- ✓ Perceber-se como ser social, agente do processo histórico, e, como tal, um elemento responsável pela transformação da sociedade;
- ✓ Conscientizar-se da necessidade de assumir o processo de transformação para a melhoria do conjunto social como um todo;
- ✓ Realizar a integração ensino e pesquisa, qualquer que seja o grau de ensino em que atue;
- ✓ Adquirir uma concepção crítica de História que corresponde ao estágio atual da evolução teórica e metodológica da Ciência Histórica;
- ✓ Elaborar uma visão geral do processo histórico, identificando seus diferentes momentos;
- ✓ Identificar a História como uma ciência integrada ao conjunto das ciências sociais com as quais se relacione de diferentes maneiras;
- ✓ Atuar em projetos, quer de pesquisa, quer de ensino, interdisciplinares;
- ✓ Reconhecer as diferentes formas de relacionamento entre os diferentes segmentos da História local, regional, nacional e mundial, reconhecendo a posição do Brasil no processo histórico geral;
- ✓ Estabelecer as vinculações entre os estudos históricos e a compreensão da realidade atual, percebendo esta compreensão como finalidade primordial daqueles estudos;
- ✓ Adequar o ensino e a pesquisa de História às peculiaridades locais e regionais. (p. 3).

No caso da proposta do currículo de 2003, este apresenta um objetivo geral e um para cada modalidade. Quanto ao objetivo geral vemos,

Propiciar ao aluno, no âmbito do ensino como da pesquisa, os fundamentos teóricos e metodológicos da História, formando-o numa compreensão do conhecimento com ênfase na investigação e no compromisso com a sociedade. (p. 37-36).

Da Licenciatura,

“A formação do professor, que fundamente seu desempenho pedagógico no conhecimento e na investigação voltados para a formação de cidadãos críticos.” (p. 36).

Do Bacharelado,

“A formação do historiador, pesquisador, ressaltando a sua participação na produção e disseminação do saber histórico.” (p. 36).

Em relação ao objetivo geral, é perceptível uma evolução do que se pretende formar num profissional de história. Enquanto no contexto de 1988, o curso pretendia apenas um profissional que aliasse em seu trabalho a pesquisa, o ensino e a extensão. Já no PPP de 2003, vemos a intenção de desenvolver um profissional mais completo, que antes de tudo se relacione com a sociedade em sua volta.

No caso dos objetivos específicos, devido a intenção de união das modalidades, o PPP de 1988, delinea objetivo que atendam ao bacharelado e a licenciatura. E já na proposta curricular de 2003, pelo contrario, pretendia a separação das modalidades, por isso desenvolve objetivos distintos.

Apesar das diferenças apontadas, percebemos que eles têm um ponto em comum. Assim vemos no PPP de 1988:

“O currículo do curso de História Licenciatura e Bacharelado atualmente em vigor, tem se mostrado inadequado para atender às novas perspectivas quanto à formação do historiador.” (p. 2).

E no de 2003,

Este currículo (1988), exige ser reformulado, na sua concepção, estrutura e organização, na direção dos princípios estabelecidos neste Projeto Político Pedagógico, para que o ensino de História da UFRN possa acompanhar os novos desafios do mundo que nos cerca, desafios impostos pelas mudanças ocorridas na ultima duas décadas, em âmbito planetário, e em todos os campos de saber, na cultura, nas relações mundiais e na reorganização do trabalho, refletindo em novos paradigmas do conhecimento, em novas formulações teóricas, materializadas nas pesquisas históricas e nas reflexões acerca do seu ensino. (...) O contexto a que o currículo tinha que responder difere consideravelmente daquele que hoje se delinea. (p. 10).

Enfim, os dois pretendiam mudar o cenário em que o curso vivia nesses dois momentos distintos. Principalmente no que diz respeito à formação do profissional de história. Este que deve está preparado para a atuação em uma sociedade que está em constante modificação, é necessário sempre que sua formação seja repensada assim que necessário.

### 3.2 O profissional interdisciplinar

Em relação ao profissional que pretendemos trabalhar, utilizaremos apenas o que é desenvolvido na proposta de curricular de 2003, em nossa análise não identificamos o perfil do profissional a ser desenvolvido no curso. E em relação as modalidades, nosso foco será o bacharelado, por ser nela que é oferecida a disciplina de Arquivística Histórica.

Para o PPP de 2003, independente se o profissional de história se dedica ao ensino ou a pesquisa, ele deve conciliar seu aprendizado, que agrupa teoria e metodologia de produção e transmissão de conhecimento, a concepção de que seja no ensino ou na pesquisa, o mesmo deve considerar que os vínculos da história associam o passado e o presente, não como algo contínuo e linear, mas que o passado é efetivamente reescrito, apropriado, enfatizado ou esquecido de acordo com as lutas sociais travadas no presente. É essa a principal característica que o profissional de história deve apresentar em seu ofício.

Quanto ao perfil que o curso de história da UFRN quer desenvolver nos alunos que optam pela modalidade de bacharelado, segundo o PPP que está em vigor atualmente, ele deve:

- ✓ Conceber a História de modo crítico e criativo, a partir de relações sociais dinâmicas, ligadas ao mundo com o qual o indivíduo interage, na sua dimensão do passado como do presente,
- ✓ Atuar na produção de conhecimento histórico, empregando abordagens teóricas e procedimentos metodológicos adequados, procedendo à crítica das fontes;
- ✓ **Atuar, em colaboração interdisciplinar com outras disciplinas, no intuito de aprender a complexidade da expressão da sociedade humana;**
- ✓ Reconhecer as diversidades, as mudanças e as permanências como parte constituintes das sociedades humana;
- ✓ **Atuar na formação e organização de arquivos e museus, no âmbito da conservação de documentos, associando esse trabalho à reflexão a respeito da sua condição de suporte da memória da sociedade;**



- ✓ Produzir conhecimento de natureza histórica fazendo uso de varias linguagens do mundo contemporâneo, como a internet, o vídeo, o cinema;
- ✓ **Acompanhar as reflexões que são travadas nos diversos campos temáticos da História, as quais reorientam, permanentemente, a direção das pesquisas;**<sup>11</sup>
- ✓ Aproximar seu trabalho de reconstituição dos processos históricos das organizações sociais e movimentos reivindicatórios que se inspiram em atitudes de cooperação e solidariedade;
- ✓ Pautar-se pela ética em todos os âmbitos do exercício de sua profissão, seja no que diz respeito à honestidade no processo de reconstituição histórica, seja dos direitos de propriedade intelectual.

Assim, o aluno que ingressa no bacharelado deve concluir sua graduação com esse perfil do curso. É notado que ele deve aprender sobre a atuação em arquivos e museus e sobre a interdisciplinaridade em sua profissão, já que isso compete a ele, segundo o PPP. E que ele deve atentar para as diversas discussões temáticas que abrangem a História e ser capaz de produz trabalhos de natureza histórica.

Quanto as habilidades e competências que o bacharelado deve ter ao concluir o curso, segundo o PPP de 2003 é:

- ✓ Ser capaz de elaborar um trabalho de pesquisa de natureza histórica, numa articulação coerente entre métodos, fontes e bibliografia;
- ✓ Produzir conhecimento histórico sob a forma não somente de textos, mas também de outros suportes;
- ✓ Perceber a História como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis;
- ✓ **Estar habilitado para atuar na organização de museus, arquivos, no campo da memória e do patrimônio e da memória;**
- ✓ **Fazer uso da interdisciplinaridade, relacionando, na prática da pesquisa, quando necessário, a História ao conjunto das demais disciplinas;**<sup>12</sup>
- ✓ Manejar as linguagens que emergem na contemporaneidade, de acordo com seu interesse, como técnicas de pesquisa oral, cinema e artes em geral;
- ✓ Ser capaz de lidar, no campo da pesquisa, no domínio metodológico da memória dos grupos sociais e de comunidade.

---

<sup>11</sup> Grifos nossos.

<sup>12</sup> Grifos nossos.

As competências e habilidades são as capacidades que o aluno deve desenvolver ao longo do curso. Independente da modalidade do curso que ele escolha inicialmente sua visão deve está na sociedade que ele se insere. E vemos que as habilidades estão diretamente relacionadas com o perfil desejado. Ao mesmo tempo em que ele desenvolve a capacidade de atuar em arquivos e fazer uso da interdisciplinaridade, esse é o perfil que ele terá de si como profissional.

Dentro da disciplina de Arquivística Histórica oferecida ao curso de história, o plano de curso do ano de 2010<sup>13</sup> também apresenta essas possibilidades de atuação em campos interdisciplinares. Atualmente esse componente é ministrado pela professora Margarida Dias, e nesse plano de curso apresenta a ementa do componente e principalmente, preocupa-se em exibir as competências e habilidades de acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de história. A partir dessa ementa composta por *Introdução à Arquivologia: informação de arquivos. Organização e administração de arquivos. Documentos históricos: restauração, conservação e microfilmagem. Legislação arquivística e ética profissional.* é notável a tentativa de diálogos entre a história e a arquivologia.

Ela é ao mesmo tempo, uma forma que nosso PPP está atuação, pois a mesma institui preceitos que o Projeto Político Pedagógico já vinha buscando desde sua elaboração.

Além do Projeto Político Pedagógico do curso de História, podemos citar uma outra fonte que desenvolve a mesma linha de pensamento que o nosso, é o Projeto de Lei do Senado Federal 368 de 2009<sup>14</sup>. O mesmo regula a profissão de historiador. Nele é possível perceber que a atuação em arquivos é algo que também pertence ao historiador e que o mesmo é habilitado a exercer esse tipo de atividade,

**Art. 4º** São atribuições dos Historiadores:

IV – assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V – assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação.

---

<sup>13</sup> Anexo 1.

<sup>14</sup> Anexo 2.

Trabalhos de assessoria em arquivos para organização e preservação são apenas um dos exemplos que podemos imaginar no desenvolvimento do ofício do historiador em arquivos. O arquivo é um espaço capaz de possibilitar inúmeras perspectivas de trabalho para o historiador conjuntamente com o arquivista.

Esse Projeto vem caminhando há alguns anos no senado, mas ainda não foi aprovado. Sua aprovação irá significar um avanço para os profissionais de História, a partir que a sociedade por completa verá o quão importante e valioso é o nosso trabalho. Este que já é requisitado nos mais diversos setores sociais, ganhará mais visibilidade e reconhecimento.

### CAPÍTULO III

#### ARTICULANDO NOVOS SABERES: O HISTORIADOR E OS ARQUIVOS

Falar hoje do trabalho do profissional de história, por muitas vezes é resumido apenas ao ensino, quando por poucas vezes é associado à pesquisa. Embora, ainda hoje a profissão ainda não seja reconhecida, uma luta que vem caminhando na Câmara do Senado<sup>15</sup>, mas que ainda esperamos por essa conquista.

Dentro das universidades é possível observar algumas iniciativas quanto a projetos de pesquisa e de extensão que promovem diálogos com outros campos de aprendizado. Museus, bibliotecas e arquivos deixam de ser apenas “celeiros” da história, e muitas vezes tornam-se objetos de estudo e porque não, principalmente, de atuação.

Claro que não podemos descartar que dentro de cada uma dessas instituições, na maioria dos casos, existem profissionais capacitados e regulamentados para exercer as atividades que lhe são requeridas. Não estamos descartando os profissionais formados nesses cursos, que são habilitados especificamente para exercer essas atividades. Pretendemos apoiar uma execução de atividades conjuntamente com esses profissionais, um exercício interdisciplinar.

E muito menos, buscamos a substituição desses especialistas, nem uma batalha pela atuação solitária, mas sim buscar e discutir uma forma de agregar saberes entre os historiadores, arquivistas e tais instituições. Para discutirmos essa proposta de inserção, trabalharemos nessa pesquisa unicamente com a questão dos arquivos.

Citamos o PPP do curso de história, com o intuito de mostrar que somos desenvolvidos para poder atuar em arquivos. Mas em hipótese alguma, somos formados para sermos arquivistas. Longe disso, o historiador e o arquivista são profissionais diferentes, com saberes específicos. E como em qualquer dialogo é necessário o domínio de conceitos e conteúdos para que possamos atuar e discutir conjuntamente com esses profissionais, por isso falamos em interdisciplinaridade.

---

<sup>15</sup> Projeto de Lei do Senado, nº. 368, de 2009.

A interdisciplinaridade é algo muito falado hoje, e por muitas vezes chega a cair no modismo. Para que a experiência de um trabalho coletivo entre historiadores e arquivistas possa ter um resultado positivo, é necessário um trabalho centrado na interdisciplinaridade.

#### 4.1 O conceito de Interdisciplinaridade

Para podemos traçar uma linha de raciocínio sobre o tema da interdisciplinaridade, precisamos configurar a atual época em que vivemos para poder compreender porque ela se faz tão necessária nos dias de hoje. Isso pode ser explicado nas palavras de Diamantino Trindade,

Uma época de crise configura-se como uma época de rupturas e questionamentos. Um tempo na qual somos convidados a pensar em outras possibilidades, rever antigos conceitos e concepções com um olhar que acolha múltiplas perspectivas e rejeite as explicações únicas ou as verdades universais que até agora nortearam nosso entendimento. É fato que a humanidade vive um momento histórico sem precedentes. A tecnologia diminuiu de tal forma as distancias e o tempo que já não é figura de linguagem dizer que o mundo é uma pequena aldeia. Utilizada e desenvolvida inicialmente para atender a atividade econômica, a tecnologia agora faz-se sentir em todas as atividades humanas. Culturas diferentes passaram a ter um convívio mais próximo, o que evidenciou a interdependência e, por outro lado, aumentou o desejo de competição e dominação. Muito desentendimento surgiu, porque alguns querem que o mundo seja de uma única maneira, da sua maneira. (2008; 69).

E na reflexão de Eric Hobsbawm,

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. (1997; 14).

Trindade (2008) afirma ainda, que para lidar com essa complexidade, a interdisciplinaridade se apresenta como uma possibilidade de resgate do homem com a

totalidade da vida. É uma nova etapa, promissora, no desenvolvimento da ciência, onde o próprio conceito das ciências começa a ser revisto.

A interdisciplinaridade não chega a ser considerada uma inovação do nosso século, visto que a mesma já vem se articulando com outras ciências e saberes, desde um certo tempo. No Brasil, a interdisciplinaridade chegou ao final dos anos 1960 e, de acordo com Ivani Fazenda (1999), com sérias distorções, como um modismo, uma palavra de ordem a ser explorada, usada e consumida por aqueles que se lançam ao novo sem avaliar a aventura. Diz ainda que, no início da década de 1970, a preocupação fundamental era a de uma explicação terminológica.

A necessidade de conceituar, de explicitar, fazia-se presente por vários motivos: interdisciplinaridade era uma palavra difícil de ser pronunciada e, mais ainda, de ser decifrada. Certamente que antes de ser decifrada, precisava ser traduzida, e se não se chegava a um acordo sobre o significado e a repercussão dessa palavra que ao surgir anunciava a necessidade da construção de um novo paradigma de ciência, de conhecimento, e a elaboração de um novo projeto de educação, de escola e de vida. (1999; 16).

Já em 1976, segundo Trindade (2008), o primeiro pesquisador brasileiro que escreveu sobre o assunto, Hilton Japiassu, publicou o livro *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, no qual ele apresenta os principais problemas que envolvem a interdisciplinaridade, as conceituações até então existente e faz uma reflexão sobre a metodologia interdisciplinar, baseado nas experiências realizadas até então. Outro evento importante foi a publicação, em 1979, da obra de Ivani Fazenda, *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*, na qual busca oferecer a construção de um conceito para interdisciplinaridade, colocando-a como uma atitude, um novo olhar, que permite compreender e transformar o mundo, uma busca por restituir a unidade perdida do saber.

A interdisciplinaridade tem se constituído como um termo de vários significados de estudo, ação e interpretação. Segundo Raquel Miranda (2008). Desde a década de 1960, inúmeros foram os movimentos na tentativa de se definir seus limites epistemológicos, buscando uma unidade conceitual. Na dança dos termos que procuram dar movimento e integração à disciplina, é a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que demonstram uma diversidade maior de sentidos.

Ainda segundo Miranda,

Mais importante que defini-la, porque o próprio ato de definir estabelece barreiras, é refletir sobre as atitudes que se constituem como interdisciplinares: atitude de humildade diante dos limites do saber próprio e do próprio saber, sem deixar que ela se torne um limite; a atitude de espera diante do já estabelecido para que a dúvida apareça e o novo germine; a atitude de deslumbramento ante a possibilidade de superar outros desafios; a atitude de respeito ao olhar o velho como novo, ao olhar o outro e reconhecê-lo, reconhecendo-se; a atitude de cooperação que conduz às parcerias, às trocas, aos encontros, mais das pessoas que das disciplinas, que propiciam as transformações, razão de ser da interdisciplinaridade. Mais que um fazer, é paixão por aprender, compartilhar e ir além. (2008; 73).

O que pretendemos é aliar as definições e as atitudes interdisciplinares, sem que se estabeleçam barreiras. Até porque se faz necessário o estudo desse conceito para o nosso trabalho, já que compreender o sentido da interdisciplinaridade é imprescindível, pois ele dá sentido a nossa proposta. A própria palavra já induz uma idéia de um conceito aberto, pois é formada do prefixo (inter) que indica movimento. Vejamos alguns autores que trabalham o conceito de interdisciplinaridade. Segundo Ivone Yared,

Etimologicamente, interdisciplinaridade significa, sem sentido geral, relação entre as disciplinas. Ainda que o termo interdisciplinaridade seja mais usado para indicar relação entre disciplina, hoje alguns autores distinguem de outros similares, tais como plurinterdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, que também podem ser entendidas como formas de relação em diversos níveis, como grau sucessivo de cooperação e coordenação crescente no sistema de ensino-aprendizagem. (2008; 161).

Para Suero,

A palavra interdisciplinaridade evoca a “disciplina como um sistema construído ou por constituir, e a interdisciplinaridade sugere um conjunto de relações entre disciplinas abertas sempre a novas relações que se vai descobrindo. Interdisciplinar é toda interação existente dentre duas ou mais disciplinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das mesmas. Interdisciplinaridade é o conjunto das interações existentes e possíveis entre as disciplinas nos âmbitos indicados. (1986; 18-19).

Para Fourez, quando trata de conceituar a interdisciplinaridade, apresenta o que chama de “contato interdisciplinar”, que seria “a possibilidade de transferir resultados,

pontos de vista ou métodos, de uma disciplina para outra”. Apresenta, também, o que chama de uma abordagem “interdisciplinar quase disciplinar”, “quando a contribuição das diferentes disciplinas é padronizada e existe uma maneira normalizada de abordar a questão”. (FOUREZ, 2001, apud MIRANDA, 2008, p. 116).

Morin afirma,

A interdisciplinaridade pode significar, pura e simplesmente, que diferentes disciplinas são colocadas em volta de uma mesa, como diferentes nações se posicionam na ONU, sem fazerem nada além de afirmar, cada qual, seus próprios direitos nacionais e suas próprias soberanias em relação às invasões do vizinho. Mas interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica. (2001; 115).

Para Zabala, interdisciplinaridade é:

A interação entre duas ou mais disciplinas, que podem implicar transferência de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como, por exemplo, a bioquímica ou a psicolinguística. (2002; 33).

Segundo Fazenda,

Interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. (...) A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza. (2002; 180).

Com essas diferentes percepções, vemos que o conceito de interdisciplinaridade implica em uma interação entre duas ou mais disciplinas, que essa interação pode ir deste uma troca de idéias até a integração de conceitos e procedimento. É uma concetualização muito ampla, e que principalmente, não se dá de forma passiva. Ela é capaz de complementar uma disciplina e até origina outras. Segundo D’Ambrosio,

“Next step, interdisciplinarity, not only juxtaposes results, but combines methods, which implies the identification of new objects of inquiry. This was typical in the scientific production of the 19<sup>o</sup> century. (...) Interdisciplinarity gave rise to new areas of knowledge, such as, for example, electromagnetism, thermodynamics, neuro-physiology,



physico-chemistry, quantum mechanics. These areas, typically interdisciplinarian, later defined their specific objects of study and their methods. Indeed, they became new disciplines.<sup>16</sup> (D'AMBROSIO, 2005, apud MIRANDA, 2008, p. 115).

O mesmo autor, D' Ambrosio também se manifesta sobre a questão do conhecimento e os prefixos inter e trans, por meio de uma espécie de analogia, que ele chama de *gaiolas epistemológicas*. Diz o autor:

“São verdadeiras gaiolas epistemológicas [as disciplinas]: quem está dentro da gaiola só voa dentro da gaiola, e não mais do que isso. Somos pássaros tentando voar em gaiolas disciplinares. Surgem, obviamente, as deficiências desse conhecimento, e começamos a perceber fenômenos e fatos que não se encaixam em nenhuma das gaiolas. [...] Aí estamos dando um passo para a interdisciplinaridade, onde encontramos com outros e, nesse encontro, juntos, misturando, nossos métodos, misturando nossos objetivos, mesclando tudo isso, acabamos criando um modo próprio de voar. E nascem as interdisciplinas. Essas interdisciplinas acabam criando suas próprias gaiolas. (...) As disciplinas vão se amarrando, criando padrões epistemológicos próprios, e a gaiola vai ficando muito maior. Podemos voar mais, mas continua sendo gaiolas. Acho que não é demais querermos voar mais, fora das gaiolas, sermos totalmente livres na busca do conhecimento. (...) A interdisciplinaridade é um passo muito difícil, sem o qual não se pode dar qualquer passo seguinte.” (D'Ambrosio, 2003, apud MIRANDA, 2008, p. 115 - 116).

Cabe a nós buscarmos sair de dentro as disciplinas, nossas “gaiolas epistemológicas”, e buscamos alçar um vôo mais alto, em busca de novas relações de produção de conhecimento, para que assim, possamos criar “novas gaiolas”, com novos objetivos e métodos, agora assim, gaiolas sem limites para o conhecimento.

---

<sup>16</sup> “O próximo passo, a interdisciplinaridade, não só justapõe resultados, mas combina métodos, o que implica a identificação de novos objetos de investigação. Isso era típico na produção científica do século XIX. (...) Interdisciplinaridade deu origem a novas áreas do conhecimento, como, por exemplo, eletromagnetismo, termodinâmica, mecânica quântica neuro-fisiologia, físico-química. Estas áreas, normalmente interdisciplinar, mais tarde, definiu os seus objetos específicos de estudo e seus métodos. Na verdade, eles se tornaram novas disciplinas.” (tradução nossa).

## 4.2 O conceito de documento

Um outro conceito que se torna importante nessa discussão, é o do significado de documento. O documento é a base do trabalho de qualquer historiador, mas não necessariamente o documento como sinônimo de algo que está no papel, como na imaginação das pessoas, algo como um pergaminho antigo, revelador da verdade tão procurada. Porém, o documento a qual falamos pode ser qualquer um, sem necessariamente ser antigo, e que pode adquirir o caráter de ser histórico quando o historiador o faz instrumento de seu trabalho. Sobre seu significado, vários autores têm opiniões diferentes. E o que pretendemos é abarcar uma breve discussão sobre isso.

Le Goff (1984) dá o conceito de documento como um produto da sociedade que o gerou, segundo as relações de poder e amplia e propõe uma crítica ao conceito, ao sugerir que o “novo” documento deve ser entendido para além dos documentos escritos e ser tratado como “documento/monumento”.

Jacques Le Goff (1984), fala que o termo *documentum*, deriva da expressão *docere* e significa “ensinar”, e que mais tarde evoluiu para o significado de “prova”, quando passa a ser utilizado no vocabulário legislativo francês, a partir do século XVII, mais precisamente na expressão *titres et documents* e que só iria ganhar significado de testemunho histórico no início do século XIX.

No século XIX, com os positivistas, o documento ocupa o centro para os historiadores, já que entendiam não existir história sem o documento, porque se buscavam neles a clareza e a comprovação empírica dos fatos. Acreditavam com isso alcançariam a neutralidade, uma vez que o “documento fala por si mesmo” e opinião própria na pesquisa e análise modificaria o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando assim a própria história.

O autor Elias Saliba o conceito de documento mudou consideravelmente,

Desde a prepotência – misturada com uma certa dose de ingênuo otimismo – dos chamados positivistas até o mais entranhado e desencantado niilismo pós-moderno, mudaram, não raro de forma radical, nossas concepções, usos, práticas e preceptivas a respeito dos documentos. (2004; 20).

Um exemplo de um conceito de autores que seguiam a linha do positivismo, temos dos autores clássicos Langlois e Seignobos que dão uma definição bastante direta,

“Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e atos dos homens do passado. (...) A história não é mais do que uma aplicação dos documentos” (1946, p.15).

Eles expressavam que os documentos eram sinônimos de prova e que sem eles a história não seria nada. Não havia uma crítica desses documentos que serviam ao trabalho, pois eles eram como podemos dizer uma “materialização da verdade”.

A Escola dos Annales, nos anos de 1930, foi a primeira a romper com esse modelo de história factual. Essa escola teve início com os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, em Estrasburgo no ano de 1929. Segundo Saliba,

(...) pretendiam romper com o ranço positivista de conceitos como o de racionalidade, progresso e ordem, que ainda perduravam na historiografia da época. Propunham assim – em inúmeros artigos-programas na revista Annales – uma história-problema, que se resumia no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando seus passos analíticos. (2004; 27).

Essa concepção de história-problema é quase que um consenso entre os pesquisadores atuais. Febvre ainda aponta seu conceito de que como a história é produzida e sua relação com os documentos, segundo Saliba,

“A história faz-se com textos”, dizia a fórmula célebre. Os textos, sem dúvida, mas nem todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio. (...) Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamentos e de ação em potência. (2004; 27-28).

Nessa concepção, o documento deixa de ser resto do passado, isolado e bruto, mas que é um produto do passado. E que o historiador é responsável com uma atuação ativa e seletiva, na constituição de um conhecimento sobre o passado. São ainda, produtos resultantes de relações de força, na maioria das vezes desiguais.

Na atualidade podemos citar dois autores que trabalham com a idéia de documento, são eles Leandro Karnal e Edgar De Decca. Seleccionamos um texto de cada um deles para analisarmos esse conceito, *Memória Evanescente: documento e história e A carta que fez história*.

Para discutir o que seria documento, Leandro Karnal (2004), afirma que é decidir qual memória deve ser preservada e qual o estatuto da própria história. Na concepção mais popular, o documento histórico são folhas escritas por alguém importante.

Porém, esse pensamento cai em contradição se apontarmos um documento que nunca foi descoberto, ele não será importante até que alguém o faça uso dele, ou seja, ele não será histórico até que algum historiador trabalhe com ele. Então, mesmo que um documento que pode ser considerado importante, nunca seja usado, ele não vai ser histórico e conseqüentemente não será fonte de conhecimento. Assim Karnal afirma,

Um documento é dado como documento histórico em determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação em relação ao meio social que o conserva. (2004; 55).

Para Karnal, o conceito de documento histórico é:

Documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita. (2004; 59).

Em suma, documento é qualquer fonte do passado, mas devemos ressaltar que ele não nasce histórico, e sim a partir do uso feito por um historiador em dado momento, é o que tornar ele histórico.

De Decca ao discutir a questão dos documentos é pouco inovador, mas traz algumas contribuições à nossa discussão. Quando citamos que documentos só serão históricos se forem utilizados por historiadores, De Decca complementa nosso pensamento ao dizer que,

Há documentos que se tornam históricos pelo futuro que a ele se seguiu. Há outros que, ao contrario, se valorizam pelo passado ao qual eles se

reportam ou que se impõem como documentos sínteses do passado ou de uma época que se vê concluída pela enunciação documental. (2004; 384).

Assim como falamos documentos históricos só serão importantes se forem instrumento de trabalho, e ainda podemos complementar, ao dizer que existem também aqueles se tornam importantes pelo momento que ele remete.

De Decca ainda aponta uma nova capacidade para os documentos, que está ligada diretamente com a sua afirmação anterior,

Os documentos têm a capacidade de criação do tempo e da duração históricas. Eles podem inaugurar novos tempos no plano das representações sociais e podem encerrar outros. Podem fazer silêncio do passado ao qual eles procuram superar, ou podem transformar esse passado em uma dimensão quase mítica. (2004; 385).

Não podemos deixar de citar o que Karnal chama de “esgarçamento” do termo documento histórico. Como vimos anteriormente, a Escola dos Annales ampliou o conceito e a abrangência do documento histórico, quando determina que o historiador trabalha com tudo que é humano. Um dos fundadores, Marc Bloch, ao mesmo tempo amplia o campo de trabalho do historiador como suas tipologias de fontes de trabalho,

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas por trás dos escritos aparentemente mais insípido e as instituições mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguiu isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. (2001; 54).

Assim, surgiram diversos trabalhos de historiadores, que tem entre seus assuntos os mais variáveis possíveis: história da praia, do desejo, das crianças, das roupas, das etiquetas entre outros. Agora com tudo se pode fazer história, porque tudo pode ser fonte dela, basta que o historiador a escolha.

Atualmente podemos exemplificar o conceito de documento, que está mais amplo, segundo Enide Mesquita,

São cartas, livros, relatórios, diários, pinturas, esculturas, fotografias, filmes, músicas, mitos, lendas, falas, espaços, construções arquitetônicas ou paisagísticas, instrumentos e ferramentas de trabalho, utensílios, vestimentas, restos de alimentos, habitações, meios de locomoção, meios de comunicação. São, ainda, os sentidos culturais, estéticos, técnicos e históricos que os objetos expressam, organizados por meio de linguagens (escrita, oralidade, números, gráficos, cartografia, fotografia, arte). (2007; 117).

São os historiadores quem organizam, selecionam, recortam e ordenam o documento em unidades, conjuntos, séries, relações, distinguindo o que é ou não pertinente, dando-lhe estatuto e elaboração. Então na profissão de historiador, a crítica de suas fontes é um pré-requisito em suas pesquisas, assim, entendo que nem todo documento é fonte de conhecimento.

#### **4.3 O historiador e os arquivos**

Atualmente, as discussões que centram os temas de discussões são a do campo de trabalho do historiador, de seu papel na sociedade e as suas relações são umas das questões que ganham destaque e crescimento. E uma que pretendemos que ganhem também grande repercussão é a relação entre o historiador e os arquivos, e o que concerne esse diálogo.

Temos que admitir que existem pouco trabalhos nessa temática mas que esse tema vem ganhando importância entre os pesquisadores, assim como reforça Ângela de Castro Gomes,

Ainda não são comuns os trabalhos de historiadores que elegem o arquivo como seu objeto de estudo, embora seja possível verificar que tal interesse está em crescimento em número e qualidade. Os historiadores sempre foram usuários dos arquivos, mas só bem recentemente passaram a assumir outros papéis em relação a eles, transformando-se em incentivadores da criação de arquivos e se envolvendo diretamente em sua abertura e funcionamento. (2007; 23).

Esse interesse foi despertado nos anos de 1970/1980, onde ocorreram transformações nos campos de pesquisa historiográfica e da arquivologia, que chegaram ao Brasil nesse período. Esse interesse estava ligado ao que podemos chamar de uma perda da memória. Estava em vista uma preocupação de que memórias cairiam no esquecimento, no que diz relação aos diversos grupos sociais, então estes passaram a lutar por um direito a memória.

Mas primeiramente, como será que o historiador está representado na imaginação da sociedade? Segundo Gunter Axt (2004), várias pessoas pensam no historiador como aquele senhor importante, de idade avançada e características que remetem a velhice, sentado, de óculos, em sua vasta biblioteca, e que está distante do mundo, que pode ser consultado sempre que as pessoas tiverem necessidade de acessar uma variedade infindável de curiosidades, datas e de detalhes que nem mesmo a memória do mais potente computador conseguiria armazenar. Porém, existem também, os que vejam o historiador devendo dedicar-se exclusivamente à docência e às suas investigações científicas, onde a carreira bem sucedida seria nas instituições de ensino superior e estabelecendo por interlocutores privilegiados, quando não exclusivos, seus pares da academia, seus alunos e orientandos.

É claro que, essas imagens correspondem de alguma forma ao imaginário da sociedade. O primeiro, um estereótipo clássico do historiador, velho e que vive ao redor de inúmeros livros. E o segundo, já seria uma imagem que está cristalizada quase que de uma forma irreversível. Os alunos que optam pelo curso de história, só têm uma forma profissional de saírem da academia, que é sendo professores. É quase que inimaginável, que a figura do profissional de história seja remetida à alguém que trabalha conjuntamente em outros locais, como memoriais, bibliotecas e principalmente, nos arquivos. Justifica-se já que essa sociedade não identifica ou não vê essa atuação.

Dentro da atuação dentro de um arquivo é necessário ter conhecimentos tanto de administração, como de história e direito, por exemplo. Quando falamos em arquivo corrente, que é aquele que mantém seus documentos em constante uso, é necessário saber habilidades para trabalhar com os produtos produzidos pelas empresas, que são a maioria que possuem esse tipo de arquivo. No caso dos conhecimentos da história, é preciso saber tratar com documentos importantes e históricos, e por fim no caso do direito, a avaliação dos documentos se relaciona diretamente com os prazos jurídicos.

Com esse exemplo simples é fácil perceber que o arquivo é um lugar que abriga diversos saberes distintos. E por que não diversos profissionais?

Mas como propor uma atuação interdisciplinar entre historiadores e arquivistas? Surge o impasse. Seria tão fácil propor essa atuação conjunta? Claro que nem tudo são rosas, mas quando existe um diálogo entre as duas partes, trabalhando por um bem comum, a realidade dos arquivos como instituição e como local de pesquisa, pode ser mais otimizada.

Estamos conscientes que mesmo sendo duas áreas diferentes e que cada uma tem profissionais distintos, elas se relacionam diretamente. Uma vez que os arquivos não dão base e suporte para a realização de um trabalho de pesquisa, por falta de profissional adequado, o historiador muitas vezes perde aquilo que poderia ser a base para seu trabalho.

No que diz respeito aos arquivos, no Brasil, observamos que existe um número pequeno de universidades que oferecem o curso de Arquivologia e que não existem muitos profissionais atuando nesse campo, e que por muitas vezes é carente de reconhecimento. Diretamente ligado a esses problemas apresentados, está aquilo que atrai o historiador para o meio dessa problemática, a atual situação de arquivos, acervos e de alguns centros de documentação. Onde na maioria das vezes encontramos uma situação de desordem e descaso.

Para que essa realidade comece a ser modificada é importante e necessário que os estudantes criem um devido interesse por essa causa. Pois disso depende a própria viabilização de suas pesquisas.

Parece que esse paradigma já vem sendo quebrado na opinião de alguns autores, como é o caso de Célia Reis Camargo, afirma que

Os alunos dos cursos de história têm manifestado interesse particular em conhecer essa área de trabalho, o que demonstra uma visão esclarecedora das possibilidades de atuação profissional, na medida em que nos encontramos diante de um novo mercado para o historiador. (1999; 50).

Esse campo de trabalho teria se expandido juntamente com o ensino e a pesquisa, desde os anos de 1970, e que é observado que vem se desenvolvendo e ampliando de maneira sistemática.



No meio das discussões sobre a atuação do historiador, percebemos que também estamos diante de uma realidade tecnológica que faz existir uma crise na história. Ela se dá, segundo André Lopez,

Na sociedade tecnológica, dada a velocidade com que se processam as transformações, o passado é formado a cada instante, fazendo parte da experiência cotidiana dos indivíduos e diminuindo a necessidade do profissional da história, cuja produção de um saber histórico nem sequer consegue acompanhar esses sucessivos e rápidos passados. (1999; 36).

Mas percebemos que essa não é uma crise na história, mas nas memórias que se dissipam a cada dia, e que existe uma busca e valorização justamente por causa de seu desaparecimento. É nisso que vemos a importância da atuação dos historiadores em arquivos, entendendo eles como lugares de memórias, são importantes não só a pesquisas, mas principalmente a sociedade.

A importância do historiador junto aos arquivos nesse momento que a história vive é de extrema relevância, segundo André Lopez,

Daí a importância de uma participação ativa dos historiadores no campo da arquivística e da documentação, pois, mesmo na sociedade tecnológica, a história ligada à transformação social, esse produto da atividade humana, deve ter sua sobrevivência assegurada, uma vez que sempre existirão os registros gerados espontaneamente pelas atividades humanas. (1999; 30).

Nisso vemos que essa atuação vai bem mais além do que imaginamos, ela ganha um caráter social. Uma vez que os historiadores são que fundamentais para que essas memórias sejam preservadas. Segundo Célia Camargo,

“Como se vê, é uma proposta de trabalho muito importante, absolutamente necessária e que desempenha um papel fundamental, ampliando as possibilidades do exercício da cidadania” (1999; 51).

Como percebemos a atuação em arquivos é uma nova possibilidade de atuação para um profissional que por muito tempo está preso à pesquisa e a docência, é algo social. Para André Lopez:

A substituição do enfoque tradicional da história, privilegiando as mudanças e as transformações sociais, é fundamental para repensar as questões do trabalho do profissional de história e sua formação nas universidades. O curso de história hoje necessita sair do nível da memória e da reconstrução (ou “resgate”) do passado, devendo oferecer a seus formandos perspectivas profissionais ligadas à autocompreensão

da sociedade, em vez de á autopreservação contra a transformação histórica. Nessa dimensão, não se trata apenas de reenfocar a atuação dos profissionais de história, quer como professores de ensino fundamental e médio, quer como pesquisadores acadêmicos. Trata-se também de redefinir seu campo de atuação. O sentido social tradicional desse profissional necessita ser transformado como um todo, devendo ele atuar também, por exemplo, junto à área da documentação e dos arquivos. (1999; 28-29).

Mas o que percebemos, e que talvez esse discurso, muitas vezes fica muito na teoria, já que vemos certo descaso por parte de alguns historiadores com a atuação em arquivos, como afirma o mesmo autor:

“(...) para os historiadores na maioria das vezes alimentam certo descaso por essa atividade considerada “técnica” e que, aparentemente, não demanda esforço intelectual.” (1999; 31).

O que não se justifica já que a área da Arquivologia é dotada de uma importante teoria e que se faz necessária para qualquer profissional que pretende atuar junto à documentação. Alguns levantam questões pertinentes sobre o assunto, mas a grande maioria é passiva a temática. Essa atuação é considerada, como vimos um exercício para com a sociedade e até mesmo “tarefa fundamental do fazer histórico” (LOPEZ, 1999).

O arquivo deixa de ser apenas um local no seu sentido administrativo e no seu sentido “histórico”, mas também ganha um papel de local de produção, onde além de ter o papel de preservação, também são produzidas novas fontes, e ainda como um lugar possibilitador de novas memórias.

Percebemos que a relação História x Arquivologia é importante para o profissional de história, até porque trata do seu ofício, além de ser base de discussões inovadoras e que estão ganhando mais atenção. Apesar dos arquivos, como temática, muitas vezes serem esquecidos nas pesquisas dos historiadores. Enfim, esse trabalho tenta expressar uma necessidade latente, e que se resume nas palavra do autor André Lopez (1999, p. 31)“Os arquivos são, o mesmo tempo, o elemento mais importante e o menos discutido na construção histórica. (...) Repensar os arquivos é hoje um problema fundamental, não só para quem se sensibiliza com a revolução documental e com as questões postas pela nouvelle histoire, como também para aqueles que pretendem

discutir a própria historicidade do presente por meio da crítica da cultura e da história do cotidiano.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a temática da Arquivística e do arquivo como um novo campo de trabalho, ainda é pouco discutida no espaço acadêmico, mas que é justamente esse nosso objetivo: lançar novas discussões e caminhos para esse estudo.

Quando propomos a possibilidade de fazer uma pesquisa que aliasse a idéia de História e Arquivologia, pretendíamos repensar nossa própria atuação profissional e nossa formação acadêmica. Falar sobre Projeto Político Pedagógico é algo que deve está em pauta para podermos repensar essas questões.

Uma vez que ele é criado para atender as necessidades de nossa realidade, é importante retomar os aspectos de sua elaboração e que em nossa pesquisa, aspectos que contribuem para uma possível atuação profissional diferenciada.

É notável a necessidade da elaboração de um PPP e de um currículo para um curso de graduação, pois é ele que cria uma identidade entre seus pares. Dentro da elaboração do PPP de 2003, a criação da disciplina de Arquivística História para a modalidade de bacharelado é algo que deve ser discutido e celebrado. Uma vez que, essa disciplina abre novas discussões sobre nossa atuação e porque não dizer sobre nossa profissionalização.

É um passo adiante do PPP de 1988, uma vez que cria novas possibilidades profissionais. Possibilidades essas que não podem ficar apenas em nosso PPP, mas que possam ser uma constante no que se refere a prática das habilidades desenvolvidas ao longo de uma graduação.

Repensar conceitos e nossa própria profissão, faz parte do ofício do historiador, uma vez que aperfeiçoamos relações com outras ciências e quando buscamos vieses para a compreensão do homem e da sociedade.

Retomar a criação do PPP de 2003 e seus objetivos é essencial para que possamos pensar uma possível reformulação, se isso for necessário. Mudanças só são possíveis a partir no momento de que essa necessidade seja despertada. É preciso voltar nossos olhares novamente para o curso de história e buscar compreender qual o perfil profissional ele formar atualmente? Ele consegue preencher os anseios dos alunos e dos

professores? Na realidade que ele está inserido, consegue abarcar as perspectivas desse novo tempo?

Essas são questões que não terão respostas fáceis de encontrar, mas que é necessário partir da iniciativa de todos para que possamos encontrar possibilidades de mudança. Nossos resultados são iniciais, porém servem para embasar que é possível sim, a aliança, um estudo interdisciplinar com a arquivologia, e porque não, também com outras ciências.

Enfim, cabe a nós, profissionais de história lançar novos olhares em direção a possibilidade de concretização dessas atuações interdisciplinares.

## FONTES E REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. **Memória, Cidadania e os novos campos de trabalho do historiador.** Revista História Hoje: São Paulo, 2004. <disponível em: [http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=5](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=5)> acesso em 27 de fevereiro de 2010.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BELLESSE, Julia; GAR, Luiz Cleber. Arquivística: a pertença cidadã. In: **Cenário Arquivístico – Revista da Associação Brasileira de Arquivologia.** Brasília, v. 3, n. 1, jan/jun. 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. (Coord.). **Memória e preservação de documentos: direito do cidadão.** São Paulo: LTr, 2007.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas.** São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivística arquivologia: arquivística = técnica, arquivologia = ciência.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.

COSTA, Aryana Lima. **O Curso de História da UFRN e o Projeto Político Pedagógico de 2004**: discutindo a formação de um profissional. Monografia de conclusão de curso. Natal: UFRN, 2007.

DE DECCA, Edgard Salvadori. “A Carta que fez história”. In: Karnal, L.; Freitas Neto, José Alves. **A Escrita da Memória**: Interpretações e Análises Documentais. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. p. 383 - 411.

FAZENDA, Ivani. (Org.). O que é interdisciplinaridade?. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos e a construção da memória. In: **Revista Saeculum**. João Pessoa: n° 1, jul, dez, 1995.

FRASSON, Carla Beatriz. **Análise de Discurso**: considerações básicas. Campinas: Fucamp, 2007. <disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/12%C2%BA-CARLA-FASSON-An%C3%A1lise-do-Discurso.pdf>> Acesso em 04 de junho de 2010.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. Serie Princípios. São Paulo: Ática, 1995.

GONÇALVES, Janice. Arquivos no presente: o lugar da História. In: **Cadernos do CEOM**, ano 18, n. 22. Arquivo: pesquisa, acervo e comunicação. Chapecó: Argos, 2005.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JARDIM, José Maria (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. “A memória Evanescente: Documento e História”. In: Karnal, L.; Freitas Neto, José Alves. **A Escrita da Memória**:

Interpretações e Análises Documentais. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. p. 49-61.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MACHADO, Helena Correa. **Os arquivistas**. Administração de conflitos e negociação (soluções compartilhadas). São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

MORIN, Edgar. **A Religião do saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, PUC, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Licenciado em História, Bacharel em História, Historiador: desafios e perspectivas em torno de um profissional**. Revista História Hoje: São Paulo, 2004. <disponível em: [http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=5](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=5)> acesso em 27 de fevereiro de 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gestos de leitura: da História no Discurso**. (org.) São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.



PAES, Marilena Leite. Os arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, jan/dez, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-12.

RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. Diferentes espaços/tempos da organização curricular; ALMEIDA, Maria Doninha (Org.) **Currículo como artefato social/UFRN**. Natal: EDUFRN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SAMARA, Enide Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. História e Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SILVA, Armando Malheiros da et al. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SÜERO, Juan Manuel Cobo. **Interdisciplinarietà y universidad**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1986.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**. Dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

## **ANEXOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PLANO DE CURSO**

*"Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
De ser feliz"*  
Almir Sater e Renato Teixeira

**Disciplina:** Arquivística Histórica.

**Carga horária:** 60 horas/aula – 04 créditos. - **Semestre letivo:** 2010.1

**Professora:** Margarida Maria Dias de Oliveira

**Monitora:** Ana Carolina Marinho

**Ementa:** Introdução a arquivologia: informação de arquivos. Organização e administração de arquivos. Documento como matéria-prima dos arquivos. Documentos históricos: restauração, conservação e microfilmagem. Legislação arquivística e ética profissional.

**Objetivos:**

Compreender a importância dos acervos arquivísticos na produção do conhecimento histórico.

Oferecer aos alunos elementos para o aprendizado dos princípios gerais da arquivologia.

Compreender os processos históricos de produção, organização, conservação e acessibilidade dos arquivos.

Compreender o papel do profissional da História em espaços que preservam memórias como arquivos, museus, memoriais.

**Competências e habilidades de acordo com o Projeto Político-pedagógico do Curso :**

Ser capaz de elaborar um trabalho de pesquisa de natureza histórica, numa articulação coerente entre métodos, fontes e bibliografia;

Prodúzir conhecimento histórico sob a forma de textos e outros gêneros;

Perceber a História como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis;

Estar habilitado para atuar na organização de museus, arquivos, no campo da memória e do patrimônio;

Fazer uso da interdisciplinaridade, relacionando, na prática da pesquisa, quando necessário, a História ao conjunto das demais disciplinas;

Manejar as linguagens que emergem na contemporaneidade, de acordo com seu interesse, como técnicas de pesquisa oral, cinema e artes em geral;

Ser capaz de lidar, no campo da pesquisa, no domínio metodológico da memória dos grupos sociais e de comunidades.

**Conteúdo programático:**

**Unidade I**

- 1) A importância de arquivos organizados e acessíveis: cidadania e pesquisa
- 2) Acervos arquivísticos e a produção do conhecimento histórico
- 3) O que é arquivo – a produção de documentos

**Unidade II**

1) Introdução a arquivologia

a) A prática arquivística: organização e gestão de documentos

b) Restauração, conservação e formas de acondicionamento de documentos

c) Legislação arquivística e ética profissional

**Unidade III**

- 1) Informatização dos acervos
- 2) Descrição de acervos

**Metodologia:** A metodologia utilizada é participativa. Essa disciplina requer, necessariamente, atividades teóricas e práticas e essas dimensões devem ser vistas com indissociáveis; em uma relação dialética. O Curso de Graduação é um momento da vida do estudante em que ele está se profissionalizando, ou seja, aprendendo um ofício. Portanto, todas as disciplinas devem ser vistas como fundamentais para composição do perfil profissional que o Projeto Político-pedagógico do Curso propõe. Sendo assim, todas as atividades que desenvolvermos devem ser vistas como do grupo: professora, monitores e alunos para que possamos fazer das nossas tarefas o que elas devem ser: de iniciação científica.

**Recursos didáticos:** Com o objetivo de tornar concreta a indissociabilidade do ensino-pesquisa e extensão, tríade sob qual se assenta a universidade, nossas aulas, sempre que possível e necessário, serão ministradas em locais aonde se desenvolvem projetos da UFRN ligados a temática geral da disciplina. **Vejam calendário anexo.** Teremos aulas expositivas dialogadas, utilização de recursos audiovisuais, estudo de meio, debates, palestras, visitas a locais de interesse do programa e atividades práticas em arquivos e nos Laboratórios de Documentação e de Restauração de Livros e Documentos do NEHAD.

**Avaliação:** A avaliação será contínua – no desenvolver de cada unidade há atividades teóricas, práticas e teórico-práticas. A nota final de cada Unidade se constituirá da seguinte forma:

1-Será feita uma avaliação escrita que corresponderá a 50% da nota da Unidade – valendo 5,0 (cinco) pontos;

2-Os outros 50% se constituirá da soma dos pontos das Fichas de acompanhamento e avaliação das aulas, cada uma valendo 1,0 (um) ponto;

2.1-O que denominamos Ficha de acompanhamento e avaliação da aula será um instrumento (que pode tomar várias formas: síntese a fazer, formulário a preencher, atividade prática supervisionada, análise de imagens, documentos etc) a ser executado em sala e, quando necessário, como atividade extra-classe.

**Horário de atendimento extra-classe:** Terças-feiras: das 10h45min às 12h. Local: Sala 217 do CCHLA ou aonde se desenvolver a aula e em qualquer outro horário a combinar, de acordo com a necessidade dos alunos.

#### **Bibliografia:**

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 1).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAVALCANTE, Celina. **De como todas as histórias do mundo podem escapar dos monstros do esquecimento:** conservação e restauração de livros para crianças. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3) 39p

JARDIM, José Maria (organizador). **A formação do arquivista no Brasil.** Niteroi, RJ: EdUFF, 1999.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras.** São Paulo: Edições Loyola, 1999. 151 p.

MACHADO, Helena Corrêa. **Os arquivistas.** Administração de conflitos e negociação (Soluções compartilhadas). São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2004. (Scripta, 6) 24p

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3 ed. ver. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos**. Uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Vanderlei Batista de. **Gestão de documentos eletrônicos**. 2ª Ed.. Brasília: ABRQ, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS. **Documentos privados de interesse público : o acesso em questão**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254p. v.1

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Das "Ciências" documentais à ciência da informação**. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002. 174 p.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório em Arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 2) 23p.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**. Dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 4) 15p

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Ideais Editora, 2001.

**Sites:**

<http://www.cpdoc.fgv.br> links Arquivos do CPDOC – Accessus e Revista Estudos Históricos

<http://www.arquivonacional.gov.br> link para o Conarq (legislação)

<http://www.saesp.sp.gov.br> tem os livros da série "Como fazer" para cópia

<http://www.anpuh.uepq.br/historia> site da ANPUH com vários links importantes, inclusive da Revista História Hoje

Obs.: Faz-se imprescindível a consulta a legislação arquivística (Conarq), já indicada nos sites acima e também disponível na Divisão de Documentação do NEHAD, onde se encontra também um acervo bibliográfico que trata da temática dos arquivos.

**Algumas informações importantes para nossas atividades:**

É preciso que todos usem jaleco, luvas e máscaras. Estas últimas são de procedimento e descartáveis e custa nas lojas de material médico em torno de 10 a 15 reais, cada caixa com 50 pares (no caso das luvas) e 100 unidades (no caso das máscaras).

Cada aluno precisará de uma média de 20 máscaras e 40 pares de luvas (para todo o semestre).

Quem não usa óculos, favor comprar um óculos protetor nas lojas de material de construção (é bem mais barato que nas lojas de material médico). Custa em torno de 5 reais.

O jaleco pode ser substituído por uma bata (quem estudou no CEFET sempre tem) ou por uma camisa folgada para usar por cima da roupa.



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 368, DE 2009

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a profissão de Historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

**Art. 2º** É livre o exercício da atividade profissional de Historiador, desde que atendidas às qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

**Art. 3º** O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é privativa dos:

I – portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituições regulares de ensino;

II – portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III – portadores de diploma de mestrado, ou doutorado, em História, expedido por instituições regulares de ensino superior, ou por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação.

**Art. 4º** São atribuições dos Historiadores:

I – magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior.

II – organização de informações para publicações, exposições e eventos em empresas, museus, editoras, produtoras de vídeo e de CD-ROM, ou emissoras de Televisão, sobre temas de História;

III – planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV – assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V – assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

VI – elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

**Art. 5º** Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de Historiador, é obrigatória a apresentação de diploma nos termos do art. 3º desta Lei.

**Art. 6º** As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, Historiadores legalmente habilitados.

**Art. 7º** O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do local onde o profissional irá atuar.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio

histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística.

No âmbito industrial, o historiador vem trabalhando na área de consultoria sobre produtos que foram lançados no passado, para análise de sua trajetória e avaliação sobre a viabilidade de seu relançamento no mercado consumidor, ou ainda, para o estudo das causas de seu sucesso ou fracasso.

Pelas suas qualificações, o historiador é imprescindível para os estabelecimentos do setor de turismo, que contratam seus serviços para desenvolver roteiros turísticos para visitação de locais com apelo histórico e cultural.

Entidades públicas e privadas recorrem ao historiador para recolherem e organizarem informações para publicação, produção de vídeo e de CD-ROM, programas em emissoras de televisão, exposições, eventos sobre temas de história.

Não menos valiosa é a sua colaboração nas artes, onde o historiador faz pesquisa de época para os produtores de teatro, cinema e televisão, quer auxiliando na elaboração de roteiros, quer dando consultoria sobre os cenários e outros elementos da produção artística.

Num mundo onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, os historiadores devem ter sua profissão regulamentada, pois seu trabalho não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Assim, julgamos ter chegado o momento de regulamentarmos o exercício da profissão de historiador que hoje congrega, em todo o país, milhares de profissionais que reivindicam, há muito, o reconhecimento e valorização de seu trabalho.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

*(À Comissão de Assuntos Sociais.)*

Publicado no DSF, 29/08/2009.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado**